

CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS:

Democracia, Demandas e Desafios

Volume 6 - 2023

Jader Silveira (Org.)



Editora
MultiAtual

CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS: Democracia, Demandas e Desafios

Volume 6 - 2023

Jader Silveira (Org.)



Editora
MultiAtual

© 2023 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Jader Luís da
Ciências Sociais e Políticas: Democracia, Demandas e Desafios -
Volume 6 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG):
Editora MultiAtual, 2023. 106 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89976-95-0
DOI: 10.5281/zenodo.7637829

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Democracia. 4.
Demandas e Desafios. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 362
CDU: 36

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os
fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>


Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2023/02/ciencias-sociais-e-politicas-democracia.html>





AUTORES

**AMANDA LOPES BEZERRA
ANA EMILIA DA SILVA PEREIRA
ANDREA CRISTINA FERMIANO FIDELIS
CÉSAR ALESSANDRO SAGRILLO FIGUEIREDO
ISIS GOMES DE BRITO SOUZA
JOSÉ CLÁUDIO ROCHA
MARIANA RODRIGUES DE LIMA
NILTON SOARES FORMIGA
RODRIGO MAGNO DOS SANTOS VALE
VANESSA ALENCAR DE LIMA**



APRESENTAÇÃO

As políticas são denominadas “públicas” porque devem atingir o público. O governo tem a responsabilidade de garantir que essas políticas beneficiem efetivamente todas as camadas da população. Elas são consequências de demandas apresentadas pela sociedade, nas mais diversas áreas. Sendo assim, podemos afirmar que políticas públicas é “o Estado em ação”, ou seja, é quando o Estado implanta projetos de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As políticas sociais configura-se como possibilidade de reconhecimento das demandas de seus usuários no intuito de ampliação de cidadania, da democracia e medida de proteção social visando garantir segurança de sobrevivência, de acolhida, e convívio familiar. Neste sentido, a contribuição das políticas sociais no Brasil constitui estratégia fortalecedora de direitos sociais e de proteção, reconhecendo na pobreza o eixo desencadeador das desigualdades sociais.


As demandas políticas e sociais tornam-se cada vez maiores em função da desresponsabilização do Estado, por omissão de serviços essenciais, o que gera uma tensão social latente. A obra “Ciências Sociais e Políticas: Democracia, Demandas e Desafios” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este sexto e-book conta com trabalhos científicos da área de Políticas Públicas e Sociais, aliados às temáticas das práticas ligadas a a inovação e aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 DA DITADURA MILITAR AO PERCURSO DO EXÍLIO: O QUÊ O EXÍLIO SE TORNOU? <i>Vanessa Alencar de Lima; César Alessandro Sagrillo Figueiredo</i>	8
Capítulo 2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NEGRO <i>Ana Emilia da Silva Pereira</i>	25
Capítulo 3 AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NO ENSINO MÉDIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS <i>Amanda Lopes Bezerra</i>	40
Capítulo 4 O TODO SABIDO E CADA PARTE INTELIGENTE! MAPEAMENTO TEÓRICO E METRÍCO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DA INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL <i>Andrea Cristina Fermiano Fidelis; Nilton Soares Formiga</i>	53
Capítulo 5 FAKE NEWS: O AVANÇO DO CIBERESPAÇO E SUA CONSEQUÊNCIAS <i>Rodrigo Magno dos Santos Vale; José Cláudio Rocha</i>	74
Capítulo 6 ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE NO MUNICÍPIO DE FLORIANO – PI <i>Mariana Rodrigues de Lima; Isis Gomes de Brito Souza</i>	95
AUTORES	104



Capítulo 1
**DA DITADURA MILITAR AO PERCURSO DO EXÍLIO:
O QUÊ O EXÍLIO SE TORNOU?**

Vanessa Alencar de Lima
César Alessandro Sagrillo Figueiredo



DA DITADURA MILITAR AO PERCURSO DO EXÍLIO: O QUÊ O EXÍLIO SE TORNOU?

Vanessa Alencar de Lima (UFNT)

Licenciada em Letras (UNITINS). Especialista em Docência no Ensino Superior (IBRA). Mestranda em Letras: Ensino de Língua e Literatura (UFNT). E-mail: vanessalima23@outlook.pt

César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFNT)

Dr.º. em Ciências Políticas (UFRGS); Docente da Universidade Federal de Tocantins (UFNT); Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFNT); Docente do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFNT) Coordenador do Grupo Violência e Estado/UFNT E-mail: cesarpolitika@uft.edu.br

Resumo: Este artigo analisa um estudo dos acontecimentos/vivências de pessoas exiladas, por meio das análises de materiais que são discutidos no decorrer desta pesquisa, posteriormente, realizamos discussões numa visão crítica quanto aos documentos que descrevem os testemunhos dos exilados, as consequências e desafios debatidos desde a influência da ditadura militar seguindo a trajetória do exílio. Nos propondo a discutir sobre os testemunhos, ou seja, a fala daqueles que presenciaram de maneira direta ou indiretamente fatos marcantes de torturas, pressão psicológica, perseguição e estupros. Assim, examinamos a trajetória de mulheres e homens que passaram por tantas perseguições e que tiveram coragem em aderir a luta contra a ditadura demonstrando os possíveis motivos pelos quais se exilaram, como era sua vida após o exílio e as mudanças que provocaram na sua rotina familiar. Como aparato teórico-metodológico teremos como base as ideias de autores tais como Petró (2017), que discute a posição da imprensa perante a ditadura; Betto (1987) discorre brevemente sobre a ditadura, assim como Back (2013) que demonstra o posicionamento do feminino no período ditador, Bastos (2004) traz como lembranças do passado é relevante ao contexto atual. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica, pautado em leituras e visão aprofundada das questões sobre a relação ditadura-luta-exílio. Como resultados de pesquisa, constatou-se que variados fatores interferem no processo de reconstrução da história com decisões atuais refletidas no cunho deste conhecimento.

Palavras-chave: Ditadura. História. Exílio.

Abstract: This article analyzes a study of the events/experiences of exiled people, through the analysis of materials that are discussed in the course of this research,

later, we carry out discussions in a critical view regarding the documents that describe the testimonies of the exiles, the consequences and challenges debated since the influence of the military dictatorship following the trajectory of exile. We propose to discuss the testimonies, that is, the speech of those who witnessed, directly or indirectly, remarkable facts of torture, psychological pressure, persecution and rapes. Thus, we examine the trajectory of women and men who went through so many persecutions and who had the courage to join the fight against the dictatorship, demonstrating the possible reasons why they went into exile, what their life was like after exile and the changes they caused in their family routine. . As a theoretical-methodological apparatus, we will be based on the ideas of authors such as Petró (2017), who discussed the position of the press before the dictatorship; Betto (1987) briefly discusses the dictatorship, as well as Back (2013) who demonstrates the positioning of the feminine in the dictator period, Bastos (2004) brings how memories of the past are relevant to the current context. Methodologically, a qualitative research was carried out based on a bibliographic review, based on readings and an in-depth view of the issues about the dictatorship-struggle-exile. As research results, it was found that various factors interfere in the process of reconstruction of history with current decisions reflected in the nature of this knowledge.

Keywords: Dictatorship. Story. Exile.

INTRODUÇÃO

Este artigo está situado no âmbito da Literatura e História com análise de textos e obras sobre o contexto militar até a decorrência para o exílio de militantes. Denominado *Da ditadura militar ao percurso do exílio: o quê o exílio se tornou?* Seguindo este sentido, buscamos discutir a relevância da memória quanto a história e como a literatura é imprescindível para o conhecimento, pois através dela tivemos acesso a obra que agrega crescimento quanto a ditadura civil-militar e os ocorridos na história brasileira. Desse modo, objetiva-se analisar os acontecimentos de pessoas exiladas, por meio das averiguações das obras que são discutidas no decorrer desta pesquisa. Desta forma, Lakatos e Marconi (1992) trazem que a pesquisa bibliográfica trata-se de um levantamento de bibliografia publicada em livros, revistas, e publicações avulsas. Portanto, metodologicamente examinaremos textos que retratam a ditadura de maneira bibliográfica, tendo acesso ao material bibliográfico disposto para a mobilização de concepções perante o estudo em tela.

Assim, ressalta-se a importância da memória na história do Brasil, como a luta pela democracia para a população e o nível de perseguição aos militantes com decretos de leis que apoiavam o sistema ditador. A presente pesquisa surgiu com o questionamento: como podemos conhecer os acontecimentos da ditadura militar e

suas consequências que afetam a sociedade? Partindo dessa indagação é que desenvolvemos esta investigação.

Logo, percebeu-se que a luta pela participação na democracia ainda ocorre nos dias atuais. Percebemos o quanto as mulheres são afetadas e as mesmas almejam conquistar seu espaço na sociedade. Desta forma, este estudo tem o objetivo geral de conhecer fatos sucedidos na ditadura, adquirimos também como objetivos secundários, tais como: 1) buscamos demonstrar essa posição feminina, mesmo no cenário de tamanha opressão; 2) qual a função do exílio em todo esse contexto e 3) contribuir para a reflexão dos cidadãos brasileiros no meio social.

Nesse viés, para seguirmos com essa investigação nos baseamos nos estudos como Bastos (2004) que discorre sobre como os estudantes aderiram em prol da luta para cessar o sistema militar e estes conseguiram realizar movimentos como passeatas, greves e demais mobilizações contra os militares. Petró (2017) expõe a manipulação da imprensa pelos militares a qual distorciam os fatos para com os militantes (pessoas que aderiram a luta) a imagem pública de corruptos. Já Back (2013) discute como a público feminino ansiavam por ter direito na participação do país, inclusive na política.

Nesse íterim, Gabeira (2009) em sua obra *O que é isso companheiro?* Retrata os depoimentos de pessoas exiladas e demonstra os reencontros de diversos brasileiros que estão durante o exílio e o que passaram vivendo desta forma, descrevendo ainda o seu estilo de vida. Enquanto Ridenti¹ (1990) salienta em seu artigo *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo* demonstrando a postura decisiva de mulheres na luta por sua autonomia na sociedade, principalmente na política. Santos (2012) tece sobre a colocação do cotidiano familiar influenciado por todas as vivências do exílio, a instabilidade que os exilados sofrem, o esquecimento da cultura de seu país de origem a renúncia dos demais familiares.

Assim sendo, este artigo será dividido nos seguintes tópicos, a fim de atingir os objetivos propostos: 1) expor apontamentos da ditadura militar no Brasil relatando brevemente; 2) o surgimento dos militantes, tanto homens como mulheres e as organizações de eventos contra o sistema da época; 3) trilhas dos depoimentos de

¹ Professor do Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP (desde 1998), onde defendeu tese de livre-docência (1999) e tornou-se professor Titular (2005). Doutor em Sociologia (USP, 1989), graduado em Ciências Sociais (USP, 1982) e em Direito (USP, 1983). Pós-doutorado na EHESS, Paris (2000 e 2010). <http://lattes.cnpq.br/5705218561961149>

exilados a qual mencionamos diversos testemunhos de pessoas exiladas e 4) o exílio como saída, neste discutimos como se exilar pode ter sido um meio para evitar a dor das torturas físicas que os militares realizavam com os militantes, as perseguições sofridas com toda família e conhecidos, demonstrando a trajetória dos exilados na sua adaptação em país estrangeiro.

1. APONTAMENTOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

A ditadura civil-militar surgiu no período de (1964-1985), quando os militares estiveram à frente do Brasil com um sistema instalado forçadamente com um golpe de estado durante a presidência de João Goulart no Brasil, tendo repassado a imagem de um governo democrático e capaz de defender toda a nação contra inimigos. Para Gabeira (2009, p. 06) ressalta que “ [...] foi decretada a greve geral. Nem transporte havia, depois do golpe de Estado de 64. Algumas áreas do país estavam totalmente controladas”. Isto é, os militantes surgiram com a finalidade de lutar pelos direitos da população diante do sistema ditador que predominava no Brasil, um desejo de acabar com tanto sofrimento advindo de torturas, perseguições e privações cometidas ao povo brasileiro. Dentre eles se destacam a população estudantil, segundo Bastos (2004, p. 22) “Tanto nas escolas, mas sobretudo nas universidades, a convivência entre alunos e professores era intensa, estabelecendo-se uma condição para o crescimento do ativismo estudantil e sua significativa presença social”. Congregando com esse pensamento, vemos que a militância aderiu às participações nas assembleias estudantis, movimentos de greves e passeatas de protesto nas ruas. Mediante isso, percebe-se que a educação não é bem vista pelos militares, tendo os estudantes eram os primeiros a participarem na luta contra a ditadura.

Os jornais da época serviam como meio para realizar críticas feitas ao regime, por exemplo, após o caso em que ocorreu manifestação contra a prisão de professores da Universidade de São Paulo. Durante este período, a imprensa passou sofrer demasiadas perseguições, conforme Petró (2017):

[...] no ano de 1967 foi aprovada uma Lei de Imprensa que concedia ao ministro da Justiça poderes para apreender exemplares com matérias que fossem consideradas “perigosas” para a ordem pública. A Lei de Segurança Nacional de 1969 também contribuiu para a perseguição e no ano de 1970 foi baixado o decreto-lei 1.077, de 26-01-1970, que afirmava, entre outras coisas, que não seriam permitidas

publicações que contrariassem os “bons costumes”¹² (PETRÓ, 2017, p. 17).

Observa-se como os ditadores insistiam para aprovação de leis que não eram democráticas aderindo a população como norma, mesmo sendo decisão de uma minoria. Portanto, ser uma pessoa ética com muitos valores, convicções e ter uma influência familiar que lida com vivências de prisões, perseguições e cassações dos pais ou demais familiares surgiu como motivação para o engajamento contra a ditadura civil-militar, tais características são encontradas nos denominados “militantes”.

Neste grupo de militantes também estão incluído as mulheres, estas por sua vez possuíam grandes desafios em uma época marcada pela dominação da ditadura no Brasil, muitas destas já estavam vivendo em clandestinidade há anos e dominavam estratégias e meios de se esconder do sistema de segurança brasileiro. Percebemos que para uma mulher assumir um cargo de comando mesmo no meio dos militantes, era repleta de exigências tais como: não poderia ter filhos, nem ser casada e estar disposta a sofrer diversas privações. Isto nos faz refletir a importância da vida social, algo imprescindível ao ser humano e que é limitada perante o sistema militar dominante no país.

Então, o público feminino aderiu a luta contra todo o sistema ditador, sim, as mulheres por espontânea vontade decidiram lutar por sua autonomia. Percebemos que ser mulher tornava suas opiniões retidas, mas do que nunca em uma sociedade patriarcal e machista, principalmente, regida pelos militares. Autonomia, então, não passava de uma utopia, contudo o posicionamento deste público em suas participações aos partidos políticos em buscar direitos até então usurpados, conforme Back (2013)

uma das questões mais conflitantes e definidoras do feminismo no período – em função das estreitas relações com diferentes partidos e instituições – foi a da autonomia. Embora se observe quase um consenso com relação à necessidade dela diante de partidos ou outras formas de organização, a definição dessa autonomia ou a opinião sobre o respeito a ela por parte de partidos ou organizações foram frequentemente polêmicas (BACK, 2013, p. 76).

Seguindo a perspectiva de Back (2013), perante os conflitos sociais em busca da autonomia feminina o desejo das mulheres em conquistarem seu espaço socialmente, a motivaram a participar dos grupos de esquerda para derrubar a ditadura. Mesmo assim, sofriam agressões verbais e possíveis demonstrando a possível exclusão ao grupo. Tais atributos eram associados a ideologia machista a qual consideravam negativos, pois para eles as mulheres não estariam prontas para participar da luta armada e é claro gerando um processo de exclusão moral e social. Cansadas da discriminação que passam no ambiente de luta decidiram ter independência para participar de forma ativa, assim, a partir de meados da década 60 a qual o gênero feminino deveria somente ocupar seu lugar de mães-esposas-donas-de-casa, inicia-se a inserção do público feminino a luta por mais que sejam ainda em pequeno número.

Percebe-se que o início da formação de grupo militantes buscando liberdade e exercício de seus direitos que até então estavam privados pelos militares, demonstra a iniciativa feminina. Para Ridenti (1990, p.114) “A média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida [...]”. Em suma, o gênero feminino aos poucos ia conquistando seu espaço na luta armada, entre os grupos militantes os homens não concordavam ou deixavam que elas assumiam um cargo de poder “direção” porque consideravam muito instável emocionalmente. A união de ambos os sexos masculino e feminino, se dava por um único objetivo acabar a ditadura civil-militar imposta e abusiva existente nos anos de 1964 a 1985.

O fato é que os militares tentavam de variadas formas e meios legitimar suas ações com o objetivo de obter da população obediência, aceitabilidade na forma de atuação e inclusão de seus valores e crenças. Para Aoqui e Priori (2017, p. 2477) “Entre os instrumentos de exceção é possível citar alguns como: o autoritarismo, a repressão, a censura e a tortura. Os atos praticados possuíam a justificativa de que agiam em prol da defesa da Segurança Nacional”. Contudo, a realidade estava em ser uma medida tomada para lidar com os opositores dos ideais militares.

Tal regime introduz mesmo de maneira simples, utilizando mídias como o rádio para induzir a população ao pensar que existiam inimigos internos entre a população, enfatizando que seria necessário seguir as ordens, regras e orientações do regime militar. Conforme os autores Aoqui e Priori (2017, p. 2478) afirmam que:

a Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil, impôs a ideia da existência de um inimigo interno que possivelmente estaria infiltrado na sociedade brasileira com o objetivo de desenvolver uma república baseadas em ideologias comunistas. Portanto, era necessário, na visão do regime, abater os inimigos do convívio social, pois somente assim, o país estaria salvo (AOQUÍ; PRIORI, 2017, p. 2478).

Isto acarretou em cassações em todo sistema brasileiro, agora os militares criam dezessete Atos Institucionais que davam plenos poderes de modificarem o que achassem convenientes em todo o Brasil, afetando diretamente a Constituição Federal. Entretanto, dentre eles o mais destacado foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que atingia o poder executivo, pois permitia cassar os mandatos eleitorais, a suspensão dos direitos políticos por um tempo de dez anos. E assim, percebe-se o quanto esse domínio ditador prejudicava a sociedade em todos os pilares.

Portanto, a Ditadura civil-militar foi um retrocesso para a boa condução do Brasil privando os cidadãos da liberdade e o exercício da cidadania. Frei BETTO, (1987, p. 19), na obra *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella* (1987) aborda, enfatizando a figura da liderança de Carlos Marighella na luta de combate à ditadura civil-militar:

Na conclusão de que "a ditadura deve ser derrotada", Marighella admite que "o único meio, para a reconquista da democracia, ou melhor, para a conquista de uma democracia em consonância com a realidade econômica e social brasileira, é a luta de massas com as forças populares e nacionalistas à frente" (BETTO, 1987, p. 25).

Mediante a afirmação acima, o autor apresenta que a democracia brasileira deve estar de acordo com a situação social do povo e com as forças populares que são necessárias nesta luta. Citando ainda a união popular em busca de uma sociedade mais democrática deixando aos leitores a reflexão e análise se realmente estamos vivendo uma democracia na atualidade.

Portanto, uma das maneiras de luta foi o surgimento das guerrilhas, que eram grupos pessoas reunidas para a luta. Frei Betto (1987, p. 37) tece um princípio e três etapas ao trata-se da guerrilha "O princípio básico seria preservar nossas próprias forças e aniquilar as do inimigo [...] três fases: a do planejamento e preparação da guerrilha, a do lançamento e sobrevivência da guerrilha, a do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras". Uma vez que tais ações demonstram

a organização da população em busca de seus direitos, procurando manter as forças da guerrilha por meio de planejamento e preparo ao grupo.

2. TRILHAS DOS DEPOIMENTOS DE EXILADOS

Neste tópico, analisamos os depoimentos de homens e mulheres exilados mediante os acontecimentos que ocorreram, almejamos mostrar a importância da memória em uma sociedade, já que a mesma denota a cultura, a história e a identidade de um povo. A narrativa dos fatos para muitos exilados é um acerto de contas com o passado, passado esse revelado com muita dor ao lembrar tudo que foi vivido.

De acordo com as considerações de Bastos (2004, p.11) “[...] lembrar proporciona a reinvenção de um passado em comum, fornecendo-nos elementos para a compreensão do presente. A memória seria uma recriação do passado a partir de quadros sociais estruturantes como a língua e a cultura”. Assim, no artigo *Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários* (NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007) vemos diversos depoimentos organizados como meio de dar voz ao público e recuperar suas memórias transmitindo um pouco das experiências vivenciadas perante torturas e perseguições, a qual muitos tentam ocultar para as demais gerações. Por conseguinte, consideramos que estudar tais testemunhos é uma maneira de denunciar as atrocidades cometidas no período de opressão encontrado no país e permitir uma análise para as decisões que ainda serão tomadas, no que diz respeito ao cenário da sociedade. Para as autoras

[...] é valioso, portanto, o testemunho daquelas que militaram contra o regime, pois através do conteúdo de suas narrativas, com suas lembranças e consequente reconstrução de suas histórias de vida, haverá possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada (NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007, p. 360).

Dessa maneira, estudar os testemunhos dos exiliados resgata a história nacional em uma vertente diferente da repassada até os dias atuais. Nota-se que na obra *Memórias das mulheres do exílio* (COSTA, 1980) há em um dos seus capítulos

a narrativa do ano 1976 quando Alice escolhe se exilar juntamente com sua família decidem sair do país para passar dois meses na França de início haviam ido como turistas. Ela relata sobre seu exílio voluntário, isto é, um tipo de exílio que ocorre quando a própria pessoa busca se exilar a partir de iniciativa própria, melhor dito, sem que haja alguma imposição legal ou jurídica que determine a sua saída, esse movimento é denominado de autoexílio ou exílio voluntário.

Nesse sentido, o exílio afetou diretamente todo o seu percurso profissional, ela teve que recomeçar os seus estudos na Universidade tendo aproximadamente quarenta anos, todo o tempo no exterior ela tenta conseguir emprego como professora, em seu testemunho cita que “hoje só consegui dar aula de Português” (COSTA, 1980, p. 86). Nesse ínterim, notamos que os exilados possuem dificuldades para ter uma ocupação em outro país, tanto Alice, como seu marido e os demais exilados possuíam essa dificuldade.

Mesmo com o Brasil em clima de euforia diante da Copa do Mundo, por ter sido o país campeão, o cenário cultural aos poucos estava sendo destruído pelo sistema de ditadura civil-militar implantado aos poucos. Gabeira (2009) discorre que perante esse cenário de ditadura civil-militar que o Brasil se encontrava foi fato decisivo no posicionamento da população para escolher o exílio, desta maneira, muitas pessoas partiram para o exílio mesmo não sendo sua vontade. Ainda na visão de Gabeira (2009),

[...] as pessoas estão seguras de si, estão tranquilas, mas quando partem para o exílio estão tristes também. Bastava surpreender qualquer um deles distraído para captar um olhar vazio, uma cabeça que se abaixa. Saí pelo Flamengo e creio que se estivesse num romance chutaria uma pedra e atravessaria a rua de mão no bolso. Mas aquilo era o Brasil, eu não era um personagem e havia muito o que fazer para estar à altura dos amigos que partiam (GABEIRA, 2009, p.14).

Vemos que Gabeira (2009) também retrata a tristeza que é aderida aos exilados e quando analisamos o depoimento de Alice percebemos o quanto é exposto o reencontro de diversos brasileiros que estão a mais tempo no exílio, por várias razões, mas todas ligadas ao regime militar da época do país. Neste conto no Brasil as pessoas ficaram mais localizadas em um determinado lugar e apenas conhecem comentários sobre as demais, mas quando chega no exílio há possibilidade de contato com as mais variadas tipos de pessoas, de todas as regiões. Pessoas do Rio Grande

do Sul, Alagoas, Goiás, Pernambuco e de todo o país e terminam por compartilhar entre si seus testemunhos. Muitos testemunhos estão entre a dor física sofrida nas torturas e a pressão psicológica a qual estão sujeitas, devido ao sofrimento resultante da violência sexual (estupros, abusos), situações de humilhação extrema em que as militantes femininas e masculinas eram submetidas e adaptação que é necessária no país em quem estão exiladas.

Isto é, evidenciamos que ressaltar opiniões, sentimentos e situações ocorridas pelos exilados diz respeito a uma parte da história brasileira onde os militares determinavam como a história deveria ser contada. Tendo o domínio do reconhecimento social de fatos histórico como a ditadura e suas consequências sociais no decorrer da sociedade do país, permitindo a reconstrução da memória. Vemos que Darcy Ribeiro na posição de escritor e educador brasileiro, defendia a educação pública com qualidade. Mas, em meados do ano 1974, sofre o exílio. Os autores Bomeny e Josiowicz (2017) relata sobre os oficiais que foram na universidade que Darcy Ribeiro lecionava, conforme os autores:

Os oficiais me olhavam assombrados sem coragem de insistir em que eu saísse. As pessoas que eu chamara, Zé de Catão, meu amigo de infância, e frei Mateus, vice-reitor da UnB, me olhavam com espanto. Iracema sorria, tentando me alegrar. Aquela era minha hora de chumbo. Hora que eu preferia estar morto a sofrê-la: a hora do derrotado. Não disse palavra. Lá fiquei mudo, me roendo. Nem pensar ordenadamente pensava. Só sentia uma dor surda que retesava meus músculos, estirava meus nervos e me deixava pronto para disparar. Para onde? Para nada! (RIBEIRO, 2010, p. 71 *apud* BOMENY; JOSIOWICZ, 2017, p. 326).

Tal relato de Ribeiro demonstra a influência militar a nível de declarar o Ato Institucional n.1, de 9 de abril de 1964, em que enfatizava a destituição de todos os direitos, inclusive o cumprimento de suas ordens quanto chefe da Casa Civil. O mesmo que se manteve resistente defendendo o regime democrático se encontra sem meios para lutar “Para todos os exilados, exílio é sofrimento” – na avaliação certa de Darcy Ribeiro (BOMENY; JOSIOWICZ, 2017, p. 326). Com isso, notamos que recordar refletir e analisar as situações ocorridas durante a ditadura civil-militar é de início um bom começo para que possamos ter uma democracia voltada a população. Sem premissas disfarçadas para o domínio de um pequeno grupo. É certo que diversos testemunhos não partem somente de civis comuns, mas também de pessoas

com profissões relevantes na sociedade. Nesta perspectiva, o autor Neto (2017) alude que:

[...] Caldas relata sua experiência como guerrilheiro e como jornalista, descreve sua formação política e seu papel na defesa da democracia e da liberdade, recordando, dolorosamente, como isso lhe rendeu inúmeras sessões de tortura, inclusive, assim como ocorrera a Flávio Tavares anos antes, levando choques elétricos nos órgãos genitais e em extremidades do corpo (NETO, 2017, p. 04).

Observamos como as torturas eram terríveis e desumanas a ponto atingir as partes do corpo mais sensíveis, precisamente para o nível de dor ser ainda mais elevado. Sem restrição para o suplício de profissão podendo ser o indivíduo seja de qual for. Ainda na visão do autor, Neto (2017, p. 09) ressalta que “O exílio é uma espécie de alívio físico [...]”, tampouco trazemos esta menção para expor o exílio, mas enfatizamos que no decorrer dos testemunhos vemos que a dor física era muito presente e decisiva aos atos cruéis aos revolucionaram, dessa forma, para os exilados o exílio era uma medida de proteção para eles.

3. O EXÍLIO COMO SAÍDA

Com tantas perseguições e torturas, se exiliar foi a melhor alternativa para conhecer a liberdade que estava sendo privada no país de origem, para muitos seria por pouco tempo tal situação, mas essa ideia foi tornando-se distante com o passar dos anos exilados. Vemos que uma dessa decisão de abandonar seu país de origem porque lutar por seus direitos seja com ideias ou ações era visto como crime, ousadia e amor pela vida. Segundo os autores:

O exílio traçou circulações com rotas internas e externas. As fronteiras se romperam com a saída do país, via América do Sul, com conexão no Chile, cujo cenário político era de efervescência entre o governo Allende e o golpe de Pinochet. Diante do objetivo de perseguir rotas de fuga, elas conseguem certa guarida e, de lá passam a circular por vários países das Américas e Europa (MAZZA; FERREIRA; SPIGOLON, 2016, p. 175).

Vemos que o exílio foi para os militantes, inclusive o público feminino um viés para lidar com seus medos e anseios, mesmo que em contrapartida isso influencie diretamente em várias situações de deslocamento, impossibilitando a possibilidade de

estudar e construir uma profissão. Atentamos para o fato de muitas mulheres preferiram o anonimato com receio das exposições que poderiam sofrer durante o período brasileiro ditatorial. Mesmo assim, percebemos que a militância feminina deixa subentendido a luta pela mulher quanto mãe, com inúmeras prisões ocorridas em domínio tirano das autoridades brasileiras e tantos filhos presos, elas se engajam nesta luta sendo na opinião de Cavalcanti Junior (2018, p.183) “Se dedicando a defender o filho, Glória percebeu que vivia sob um Estado de exceção, no qual os direitos estavam cerceados”. Na afirmativa anterior, notamos que se remete ao sentimento de maternidade que é decisivo na sua posição, por isso, o exílio é um meio para a construção do ambiente familiar não fique desestruturado, pois permiti a convivência familiar sem tantas repreensões. Consequente as fugas para os indivíduos se exilarem seguem uma organização, a qual havia mapeamento dos locais propícios para embarcar e desembarcar com destino aos países do exterior como Chile, Alemanha, México, França e Bélgica entre outros países.

Um dos grandes desafios aos estrangeiros é adaptação cultural do país que passam a morar, ter que lidar com tantas mudanças como o idioma, a alimentação, a educação e a moeda (financeiro) poucos conseguem se inserir, contudo é necessário se habituar para que possam viver. Ainda assim, o governo brasileiro com o objetivo de ter informações do exterior para monitorar e vigiar os exilados e exiladas, criou em 1966 o Centro de Informações do Exterior (CIE)². Uma instituição da ditadura brasileira que supostamente apresentava as mulheres exiladas como objetos. Segundo Rosalen (2019):

[...] O número de mulheres citadas é muito maior em razão de incluí-las independente de uma vigilância específica às suas rotinas ou suas militâncias cotidianas. Nesse sentido, as listas demonstram que a presença de mulheres era maior do que aquelas que eram alvo direto da vigilância do CIE (ROSALEN, 2019, p. 13).

Portanto, o CIE tinha como prioridade as mulheres militantes que possuem relação com o partido comunista, permitindo aos leitores críticos a visão que mesmo os que estavam exilados ainda permaneciam de certa forma no controle de ditadores, além de deixar evidente que para a sociedade da época não havia importância do

² CIE foi um serviço de informações introduzido na estrutura do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <https://www.wikifox.org/pt/wiki/CIE> Acessado em: 25 de dezembro de 2022.

gênero feminino.

O engajamento das mulheres na política é bem alicerçado, na opinião de Back (2013, p. 135) “os movimentos do partido precisaria estimular ou que bandeiras deveriam ser os móveis ao redor dos quais deveria se organizar a luta pela emancipação das mulheres”, notamos uma busca por independência feminina e por seguinte a destituição da visão de inferioridade das mesmas. Um desejo mútuo por todos os militantes, que o Brasil passasse por um processo de democratização, já que o exilado pode passar a um processo de renúncia da sua identidade advinda do país de origem.

Quanto aos militantes masculinos sabemos que um dos primeiros exilados foi Paulo Freire e com ele toda a sua família, entretantes, com o golpe de 64. Tal fato é afirmado por Mazza e Spigolon (2018, p. 206) “o exílio brasileiro foi [...] no período de 1964/85, e atingiu a população em geral que saíram do país em virtude de se tornarem alvo da ditadura. Dentre eles Paulo, Elza e seus filhos: Madalena, Cristina, Fátima, Joaquim e Lutgardes”. O exílio foi feito com uma forma dos militares se manterem no poder, visto que grande parte dos exilados eram pessoas intelectuais que seus ideais influenciariam a população, fato este que coloca em risco o domínio do poder ditador. Segundo os autores Mazza e Spigolon (2018),

Paulo Freire e sua família, assim como outros, são diretamente afetados pelas injunções do processo histórico da ditadura e as consequências do exílio, que, para ele, perdurou por dezesseis anos. Paulo visita o Brasil em 1979, com o início da abertura política, e retorna definitivamente em 1980 (MAZZA; SPIGOLON, 2018, p. 206).

Como ressaltado acima, diversas pessoas sofreram inferências quanto aos ocorridos no período militar principalmente ao lidar com a mudança de lar, tanto quanto uma modificação social em adaptação no país que passaram a viver. Isso não é diferente com Freire, um pensador com ideais fundamentais para educação, área está tão temida pelos ditadores. Na visão de Santos (2012)

viver de malas prontas, aprender novos idiomas; tentar se adaptar ao país de acolhida; fugir de perseguições, quando o país acolhedor presenciava um golpe de Estado; bater nas portas das embaixadas em busca de segurança; passar dias dentro delas até ser deportado; conhecer novas culturas; criar novas redes de sociabilidade (SANTOS, 2012, p. 02).

Perante a citação acima inferimos que o cotidiano dos exilados como era imprevisível e incerto. Renunciando laços familiares e de amizade, vivendo em situação precária, péssima alimentação e um afastamento na vida política do Brasil por tempo indeterminado. Além da busca em aprender novos idiomas no país que o exilado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos que este estudo objetivou tecer uma breve análise de como a ditadura civil-militar ocasionou diversos acontecimentos que afetaram milhares de pessoas de maneira negativa. Inferimos que o poder exercido por décadas influenciou a sociedade, mas tal situação também contribuiu para o engajamento de parcela da população ao lutar por uma verdadeira democracia. O relevante a todo o contexto é que permiti que possamos estudar e analisar todo o cenário histórico e conhecer os fatos sucedidos na ditadura civil-militar, buscando demonstrar a posição feminina, mesmo mediante tamanha opressão do sistema ditador, o que o exílio tornou-se em todo esse contexto, contribuindo assim, para a reflexão dos cidadãos brasileiros no meio social.

Certamente a Americana Latina foi muito atingida pelos efeitos de todos os anos ditatórias vividos com o domínio militar, mesmo com disseminação do assunto da ditadura civil-militar pelos países como Argentina, Brasil e Chile. Estudar todo esse percurso ditador do ano de 1964 é analisar para que não venha se repetir na história, principalmente, na história brasileira.

Portanto, diante dos autores abordados nos embasamos para demonstrar a importância da memória histórica da população brasileira e também analisar de todas as opressões, perseguições, tortura realizadas pelos militares como também a organização e coragem dos militantes contra o sistema ditador. Por fim, o intuito deste trabalho é contribuir no quesito de conhecimento para que os cidadãos brasileiros conheçam seus direitos de maneira que não sejam retidos pelo governo.

REFERÊNCIAS

Livro

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 9ª ed. Editora Bertrand Brasil S. A, 1987. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/betto_batismo_de_sangue.pdf Acessado em: 08 de out. 2022

COSTA, Albertina de Oliveira [et al.]. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Artigo

AOQUI, Patrícia Yuri Martins; PRIORI, Ângelo. Uma breve análise acerca da ditadura militar no Brasil 1964-1985. **Anais do VIII Congresso Internacional de História**. p. 2475 – 2482. Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3929 ISSN 2175-4446. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3929.pdf> Acessado em: 10 de NOV. 2022

BOMENY, Helena; JOSIOWICZ, Alejandra. O exílio de Darcy Ribeiro e Ángel Rama: intelectuais, cultura e política na América Latina. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 19, n. 2, 2017.

CAVALCANTI JUNIOR, A. A. As mulheres Brasileiras na Ditadura Civil-Militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. **Fronteiras**, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 177–199, 2018. DOI: 10.30612/frh.v21i36.9422. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/9422>. Acesso em: 2 nov. 2022.

MAZZA, D.; FERREIRA, M.; SPIGOLON, N. O golpe de 1964 no Brasil: memórias de mulheres sobre o exílio. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 167-183, 2016. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v26i1p167-183. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/111173>. Acesso em: 5 nov. 2022.

MAZZA, D.; SPIGOLON, N. Educação, exílio e revolução: o camarada Paulo Freire. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 03, n. 07, p. 203-220, jan./abr. 2018 Disponível em: <https://www.universidadplurinacional.lat/biblioteca/4462-13319-1-PB.pdf> Acesso em: 5 out. 2022.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli.; TRINDADE, Zeidi Araújo.; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários. **Revista Interamericana**

de Psicología/Interamerican Journal of Psychology - 2007, Vol. 41, Num. 3 pp. 359-370 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a11.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2022.

NETO, Paulo Bungart. O depoimento de Carlos Eugênio Paz, o último guerrilheiro sobrevivente: luta armada, história e ficção. **XIII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória**. UNIOESTE - Cascavel – PR, 22, 23 e 24 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://www.seminariolhm.com.br/2018/simposios/08/simp08art07.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2022

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. DOI: 10.1590/ts.v2i2.84806. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acesso em: 3 set. 2022.

ROSALEN, Eloisa. As mulheres no exílio a partir do centro de informações do exterior (CIEX) do Brasil. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. ISBN:978-85-98711-21-8 Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais> Acessado em: 03 de janeiro de 2021.


SANTOS, Desirree dos Reis. Memórias de exílios: um estudo sobre trajetórias de exilados brasileiros durante a ditadura militar. **Anais do XV Encontro Regional de História - ANPUH- Rio Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa**. São Gonçalo, 23 e 27 de julho de 2012, FFP/UERJ. Disponível em: <http://encontro2012.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares#D> Acessado em: 20 de fev. 2022.

Monografia, Dissertações/Teses

BACK, Lillian. **A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)** Orientadora, Cristina Scheibe Wolff - Florianópolis, SC, 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro**. Rio de Janeiro, 2004, vii, 51 f. Monografia (Bacharel em História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

PETRÓ, Cleber Monticelli. **O exílio, os exilados e banidos nos debates sobre a anistia de 1979, a partir do jornal Folha de São Paulo**. Orientadora, Carla Simone Rodeghero – Porto Alegre, RS, 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.



Capítulo 2
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO
NEGRA E O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO
NEGRO

Ana Emilia da Silva Pereira



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NEGRO

Ana Emilia da Silva Pereira

Grupo de Pesquisa Afrosin UFRRJ; Mestre em Educação - UFRRJ. Pós-graduada em Saúde Pública/Nezo – RJ ; Especialista em Diversidade Étnica e Educação Brasileira - E-mail: anaemil2000@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo do artigo é trazer para discussão acadêmica o trabalho do assistente social no atendimento às demandas das pessoas com Doença Falciforme na implantação de políticas de atenção integral no atendimento a esse usuário, bem como o protagonismo do movimento negro na adoção dessas políticas. O caminho metodológico foi a análise de um estudo bibliográfico de 4 trabalhos científicos selecionados a partir da base de dados nacionais e internacionais. Os resultados revelam limites e possibilidades à atuação profissional em função do: modelo biomédico, a falta de articulação com a Atenção Básica, Racismo institucional e omissão do Estado, porém a capacidade técnica operativa do assistente social tem contribuído para a superação desse quadro. Conclui-se que é necessário a inclusão da temática étnico racial no currículo, tendo como base os referenciais teóricos produzidos pelos movimentos sociais negros.

Palavras-chave: Trabalho do Assistente Social; Movimento Negro; Saúde da População Negra.

ABSTRACT

The objective of the article is to bring to academic discussion the work of the social worker in meeting the demands of people with Sickle Cell Disease in the implementation of comprehensive care policies in the care of this user, as well as the protagonism of the black movement in the adoption of these policies. The methodological path was the analysis of a bibliographical study of 4 scientific papers selected from national and international databases. The results reveal limits and possibilities for professional performance in terms of the biomedical model, the lack of articulation with Primary Care, institutional racism and State omission, but the technical and operational capacity of the social worker has contributed to overcoming this situation. It is concluded that it is necessary to include the ethnic-racial theme in the curriculum, based on the theoretical references produced by black social movements.

Keywords: The Work of The Social; Black Movement; Health of Black.

1. INTRODUÇÃO

O artigo deriva do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título Especialista em Saúde Pública intitulado: **O Trabalho do Assistente Social na Atenção Integral à Saúde da População Negra** e tem como objetivo suscitar a ampliação do debate no Serviço Social acerca das questões que envolvem a saúde da população negra, especificamente na atenção às doenças falciformes. Assim pretende-se apresentar na Introdução uma breve contextualização da pesquisa realizada, logo em seguida apresentar de forma panorâmica em: **Os Movimentos Sociais Negros e A construção do Campo de Estudos Saúde da População Negra** o protagonismo dos movimentos sociais negro revisitando os antecedentes históricos do Programa de Anemia Falciforme (PAF), Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, na sequência revelar o envolvimento do serviço social com a temática racial e os resultados da pesquisa em : **O Serviço Social e a Política de Atenção Integral a Pessoas com Doença Falciforme: Desafios e Possibilidades** e por fim entrar nas **Conclusão** do estudo.

O objetivo da pesquisa que deu origem a este artigo está relacionado a necessidade de produzir conhecimento aproximado sobre o processo de trabalho do Assistente Social na Atenção Integral às pessoas com doença falciforme na Atenção Básica de saúde, buscando identificar as possibilidades e limites da intervenção profissional, os pontos positivos e os principais desafios trazidos pelos usuários e seus familiares à prática dos profissionais na área da saúde. O método adotado foi o materialismo histórico dialético, uma perspectiva totalizante e crítica. O nível do estudo foi descritivo e bibliográfico do tipo exploratório, uma vez que teve como base, "material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". GIL (2002, p.44). Os dados da pesquisa foram coletados por meio de análise bibliográfica realizada nas obras consultadas nos portais de periódicos, em base de dados como SciELO: **Scientific Electronic Library Online. LILACS e Google Acadêmico**. A pesquisa contou também com análise documental, em função da necessidade de realizar análises nas políticas e nos programas relacionados à Doenças Falciformes, da mesma forma os documentos, normas e legislações do serviço social, foram consultados para referenciar as análises sobre o trabalho do Assistente Social. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, o ponto de partida foram os referenciais teóricos

disponíveis sobre o trabalho do Assistente Social no Código de Ética Profissional, nas Legislações com que trabalham, no Projeto da profissão, que resultaram nas seguintes categorias (Acesso aos direitos; Ação Pedagógica; Abordagem Reflexiva; Assessoria; Promoção da Igualdade Racial). Para elaborar as categorias relacionadas aos usuários foi necessário a consulta aos documentos que informam sobre a patologia e a atenção a saúde, o Programa Nacional de Atenção às Doenças Falciformes; (PAF) a Política Nacional de Atenção Integral a Pessoas com Doenças Falciformes e Política Nacional de Saúde da População Negra. (PNSIPN). Além disso, ocorreu a consulta aos documentos produzidos sobre as questões étnico raciais, resultando nas categorias: (Racismo; Omissão do Estado) com as categorias definidas teve início a análise do material encontrado na pesquisa. Foram encontrados 23 trabalhos científicos, utilizando como descritores Equipe Multidisciplinar e Doença Falciforme; Serviço Social e Doença Falciforme; Serviço Social Doença Falciforme e Atenção Básica. No entanto, apenas 04 corresponderam à finalidade da pesquisa. Os conteúdos dos trabalhos foram sistematizados em uma tabela considerando o nome do autor, o tema de estudo, objetivo, o processo de trabalho do Assistente Social e as considerações finais. O estudo bibliográfico seguiu as etapas sucessivas conforme orientado por Gil (2002). A partir da pesquisa percebe-se a necessidade de ampliação do debate no Serviço Social, assim surge o artigo O trabalho do Assistente social na Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Doença Falciforme e o Protagonismo dos movimentos sociais negro, que abordará questões que envolvem a saúde da população negra e o trabalho do assistente social, bem como a Construção do Campo de Estudo Saúde da População Negra e o protagonismo dos movimentos negro no combate as iniquidades na saúde.

2- OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Ao longo da história as conquistas dos movimentos sociais negros têm contribuído para modificar o quadro de vulnerabilidades na saúde e na educação da população brasileira de uma forma geral. A reivindicação por direitos constitucionais como a saúde é parte integrante das lutas de resistências a dominação e a opressão. Na década de 80 os movimentos sociais negros participaram na VIII Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986 ao lado movimento pela Reforma Sanitária e

de outros movimentos sociais de forma ativa na elaboração e aprovação das propostas, que tiveram como principal desdobramento a inclusão da seguridade social na Constituição Federal de 1988, onde a saúde passa a fazer “parte do direito universal, independentemente de cor, raça, religião, local de moradia e orientação sexual, a ser provido pelo Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL., 1988, art. 194 apud BRASIL., 2009).

Esses atores tiveram um papel relevante nas conquistas significativas na área da saúde, tais como: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009) e a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme (2005) que a antecede. Para compreensão da importância desses atores constituídos majoritariamente por mulheres e homens negros é necessário resgatar os antecedentes históricos, social e político e as ações dos movimentos negros que favoreceram a implantação dessas políticas públicas de saúde que confirmam o protagonismo do movimento negro e necessidade do campo de estudos saúde da população negra

O Campo de Estudos Saúde da População Negra ainda em construção como define Oliveira (2003), carrega o status de ter sido iniciado fora da academia, suas bases teóricas são diversificadas contando com contribuição de todas as partes do mundo. (NÓS, MULHERES..., 2001) citado por Oliveira (2003). A construção deste campo se faz na luta diária contra o racismo reconhecido oficialmente pelo Estado brasileiro no governo de Fernando Henrique Cardoso, (FHC) em 1995. O descaso com a saúde do segmento negro é histórico remonta o período da escravidão em que a medicina popular dos negros era o único recurso e “até os meados de 1960 os estudos sobre a população negra teve como pano de fundo a preocupação de extermínio de uma “raça impura e inferior”. (COSTA, 1989) apud (OLIVEIRA, 2003).

A partir da década de 1990 a luta do movimento negro resultou em um acúmulo de estudos acadêmicos na área de saúde, dentre os quais se destacam os estudos desenvolvidos sob a coordenação de Elza Berquó e colaboradores (as) realizado no Núcleo de Estudos da População da Universidade Estadual de Campinas. A Demógrafa criou o Programa Saúde Reprodutiva da Mulher Negra e preparou estudantes negras nesta área. (OLIVEIRA, 2003). A inclusão do quesito cor no sistema de informação da Secretaria de Saúde de São Paulo foi importante para evidenciar as desigualdades raciais na saúde e o descumprimento dos princípios do SUS, como integralidade, universalidade e equidade, sendo este último fundamental,

uma vez que as políticas públicas de caráter universal não contemplam as especificidades da população negra, cujas necessidades de saúde têm relação direta com a estrutura racista da sociedade, sendo necessária políticas específicas para a população negra.

Um destaque precisa ser dado A Marcha Zumbi dos Palmares que reuniu 30 mil pessoas com objetivo de efetivar os direitos constitucionais, na ocasião as lideranças do movimento negro entregaram ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o documento “*Por uma política nacional de combate ao racismo e a desigualdade racial.*” (ALGUNS DADOS ..., 1995 apud OLIVEIRA, 2003, p. 220). De acordo com os autores desses documentos os pontos principais na área da saúde são: A inclusão do quesito cor nos prontuários dos serviços de saúde e nos atestados de óbitos; a Implementação do PAISM; Programa de Saúde Reprodutiva de modo a contemplar as necessidades dos homens negros e a continuidade dos programas de prevenção de DST/AIDS; Criação de um Programa Nacional de Hemoglobinopatias Hereditárias (IBID) Para o atendimento das reivindicações, foi criado por decreto presidencial o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o intuito de desenvolver políticas para a valorização da população negra. (NASCIMENTO, 2007). O subgrupo responsável pela saúde realizou uma mesa para a discussão da saúde da população negra, com bases científicas em abril de 1996, que ficou conhecida como Mesa Redonda Saúde da População Negra. O relatório produzido revelou que as pessoas negras além de suas especificidades genéticas, são vulneráveis a doenças decorrentes de fatores sociais, portanto a forma de adoecer é distinta do restante da população brasileira (BRASIL, apud CARMO, 2004). A principal recomendação do grupo de acordo com Oliveira (2003, p.236) foi uma “política nacional para a anemia falciforme, e o Manual de Doenças mais importantes, por Razões Étnicas, na População Brasileira Afrodescendente”. Para dar andamento às resoluções da mesa redonda Saúde da População Negra foi instituído um Grupo de Trabalho para a elaboração de um Programa de Anemia falciforme (PAF). A Anemia Falciforme faz parte de um grupo de doenças, a S/Beta Talassemia as doenças SC, SD, SE, e outras mais raras, as quais fazem parte das hemoglobinopatias. Esse grupo de doença é denominado doença falciforme e apresentam alterações genéticas e são caracterizadas pela predominância da hemoglobina (Hb) S. A falta de informações sobre a doença faz com que o traço seja confundido com a doença. Os dados da triagem neonatal apontam que nascem no Brasil cerca de “3000 crianças com a

Doença Falciforme e 180 mil portadoras do traço falciforme”. (BRASIL, 2008, p.17), tais números e a gravidade da doença, configura uma questão de saúde pública. Em geral o teste do pezinho, ou triagem neonatal é feito na primeira semana de vida. A criança diagnosticada com a doença tem direito ao atendimento com equipe multidisciplinar e a todos os serviços do SUS nos diferentes níveis de atenção. O PAF é uma diretriz para atender pessoas com anemia falciforme de forma integral. Ele foi praticamente substituído pela Portaria GM/MS n.º 822, de 06 de junho de 2001, ficando limitado a um exame de triagem neonatal, uma vez que o PAF teve uma adoção inexpressiva tanto nos estados como nos municípios brasileiros. O Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais adotaram o PAF. A partir das experiências do Rio de Janeiro é possível fazer uma análise das dificuldades de implementação de um Programa no âmbito do SUS com recorte étnico racial, em função do racismo que estrutura as relações sociais no Brasil. No Rio de Janeiro as iniciativas adotadas foram limitadas e os gestores se recusaram a implantar o PAF porque Projeto de Lei nº 1838/97, do Ex-Deputado Estadual Marcelo Dias, autorizava a institucionalização do PAF pelo poder executivo e autorizar não implica obrigação. Este fato estendeu a aprovação da Lei 3.161, para 30 de dezembro de 1998. (CARMO, 2004). Diante destas dificuldades o movimento negro e a associação das pessoas com doenças falciformes desenvolveram estratégias para superar as resistências por parte dos profissionais de saúde uma das principais medidas apontadas por Carmo (2004) foi a realização do Primeiro Seminário sobre Anemia Falciforme para divulgação dos dados encontrados com a realização com o rastreamento da situação da Anemia Falciforme no Estado do Rio de Janeiro e a aprovação da lei 3161 de 1998 por meio do decreto 25573, que instituiu “no âmbito da Vice-Governadoria, o Grupo de Trabalho multidisciplinar” (CARMO, 2004: 26). Em 08 de fevereiro de 2001 a resolução n.º 1588 cria o Grupo de Trabalho de Controle da Doença Falciforme. Nesse mesmo ano também foi criado o Programa de Prevenção e Controle das Doenças Congênitas Endócrino-Metabólicas e Hemoglobinopatias do Estado do Rio de Janeiro - Programa Primeiros Passos, pretendia estender a possibilidade de diagnóstico a todas as crianças nascidas no Estado. Com a criação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, surge a crítica de que o Programa só aloca recursos para o teste do pezinho e ainda deixa de fora os que nasceram antes da criação do Programa e os adultos, já a implantação PAF/MS necessitaria um maior aporte de recursos. Portanto o Estado se ausentou de implantar as ações previstas no PAF, resultando em questões

bioéticas. (OLIVEIRA, 2003). O movimento negro, em contrapartida, promove novas mobilizações. A importância desses eventos está intimamente relacionada ao momento histórico em que foram gestados, desde os governos de transição na redemocratização, passando pelos governos de Fernando Henrique (1994-2002) Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Alguns eventos foram fundamentais, tais como a Pré-Conferência Cultura e Saúde da População Negra; Fórum Nacional de Entidades Negras e Nós, Mulheres Negras, que realizaram diagnóstico e trouxeram propostas com foco na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. (OLIVEIRA, 2003) Essa Conferência foi realizada em Durban em 2001 e vai desencadear diversas ações por parte dos governos signatários, cabe incluir ainda neste cenário internacional a Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago do Chile em dezembro de 2000, que “inaugurou a participação da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) como grande aliada da Política de Saúde da População Negra” (I SEMINÁRIO NACIONAL DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2006) A elaboração de um documento “Política Nacional de Saúde da População Negra: Uma questão de Equidade, foi uma das conquistas que resultou de um Workshop Interagencial Saúde da População Negra envolvendo PNUD OPAS e DFID” (I Seminário Nacional da Saúde da População Negra, 2006, p. 20). A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), pela Lei n.º 10678, de 23 de março de 2003 é um exemplo, foi uma das primeiras ações concretas do presidente Lula, de acordo com Nascimento (2007). A SEPPIR foi criada como órgão de assessoramento direto da Presidência da República na coordenação de políticas para a promoção da igualdade racial” (Ibid, 2006) Para cumprir essa atribuição institucional foi realizada a assinatura de um Termo de Compromisso entre a Secretaria e o MS. Para garantir que o MS cumprisse as obrigações expressas no TC, a estratégia fazer a indicação de “um notável corpo de consultoras e um consultor” (Ibid, 2004, p.34) Dessa forma, a autora afirma que na configuração do Plano Nacional de Saúde foram introduzidas diretrizes específicas para a saúde da população negra, considerando o recorte étnico-racial. Além disso, “no que diz respeito à promoção da igualdade racial no âmbito do SUS, o MS instituiu o “Comitê Técnico de Saúde da População Negra”, (CTSPN) para “sistematizar a proposta da Política Nacional de Saúde da População Negra em consonância com o Plano Nacional de Saúde.” (I SEMINÁRIO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2006). O resultado da atuação do Comitê foi “a inserção da variável raça cor no Programa

Nacional de DST/Aids em 2005”, (MILANEZI, 2017) e na elaboração do Documento “Saúde Brasil 2005 - Uma análise da Situação de Saúde no Brasil”. (BRASIL, 2009). Em 2005 Ministro da Saúde Humberto Costa vai reeditar o Programa de Atenção Integral à Anemia Falciforme em substituição ao PAF (1996). No entanto, no mesmo ano, na gestão do Ministro Saraiva Felipe, em 16 agosto foi anunciada a Política Nacional de Atenção Integral à Pessoas com Doença Falciforme, por meio da Portaria de n.º 1391. No ano seguinte foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 10 de novembro de 2006 a Política Saúde da População Negra e foi instituída pelo Ministério da Saúde em 13 de maio de 2009, por meio da Portaria nº 992 do Diário Oficial da União nº 90 de 14 de maio de 2009. As ações e estratégias do PNSIPN tem como meta atender às principais demandas da população negra por saúde, principalmente nas patologias mais prevalentes e/ ou agravadas neste grupo populacional, como por exemplo a Doença Falciforme, reconhecem que as ações envolvem multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, portanto necessita do engajamento de diversos atores da saúde, um trabalho coletivo e integrado que prescinde do referencial teórico e metodológico e da capacidade técnica e operativa do Assistente Social nos diferentes espaços de atuação

3. O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A aprovação de uma política não resulta em sua imediata implementação é o que vem acontecendo com A Política Nacional de Saúde Integral à Saúde da População Negra (PNSIPN) e suas metas de atender patologias como Anemia Falciforme, o Programa de Anemia Falciforme, o PAF. Essas políticas são gestadas em um cenário de lutas anti-racistas pós década de 1990 e infere desafios a prática do assistente social na saúde. Entre os principais desafios encontra-se a formação, tendo em vista as lacunas nos currículos das instituições formadoras em saúde sobre as especificidades e a saúde da população negra. FILHO (2005) afirma que:

Os cursos de Graduação da área de Ciências humanas e Sociais Aplicadas (História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Serviço Social, Psicologia, Letras, Pedagogia, entre outras), com raras exceções, não contemplam em seus currículos e nos conteúdos programáticos das disciplinas oferecidas aos graduandos, a temática racial. (FILHO: 2005: 7)

Apesar de quase duas décadas das alterações trazidas a Lei Diretrizes e Bases da Educação pelas legislações Lei nº 10639/2003 para inclusão do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e Lei nº 11645/2008, nos currículos em todos os níveis e modalidades de ensino, das políticas de saúde para a população negra, nas Instituições de ensino permanece um descompasso, entre as conquistas do movimento negro e o cumprimento das ações necessárias para dar conta das demandas dos usuários dos serviços nas instituições de ensino e de saúde, as disciplinas que abordam questões relativas à temática étnico racial, quando são oferecidas, não são obrigatórias, são optativas.

No caso específico do Serviço Social, um estudo realizado por Oliveira (2017) junto às Instituições Federais de Ensino Superior demonstra que em um universo de 24 IFES, 55% delas, um total de 18 têm disciplinas, 8 trabalham de forma obrigatória, o que serve como um parâmetro para avaliação das outras áreas. Ribeiro (2004) em sua obra *Abordagens étnico-raciais no Serviço Social* resgata as teses que discorrem sobre temática racial a partir do 6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais CBAS em 1989 até o 10º CBAS, o foco das teses envolve “categorias sobre as questões étnico-raciais e promoção da igualdade racial como componentes de políticas públicas e conclui que as teses produzidas são contemporâneas do movimentos histórico de lutas do movimentos negros e de mulheres negras e que a inclusão da perspectiva da promoção da igualdade racial nas políticas públicas é um processo crescente e descontínuo.” (Ribeiro, p. 152-153), porém necessário.

Diante deste quadro é necessário revisitar esses trabalhos e os marcos legais de atuação do assistente social para se trabalhar na perspectiva da Promoção da igualdade, “construir um projeto político pedagógico com interface entre os movimentos sociais, servidores e gestores públicos e ainda a academia” (RIBEIRO, 2003)

3.1 O Serviço social e a Questão racial

O Profissional de serviço social tem como referencial para trabalhar na perspectiva da promoção da igualdade racial, o Código de ética e o projeto da categoria profissional contemporâneo e comprometido com a democracia e com acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos e com os princípios, bem como

os direitos firmados na constituição de 1988” (CRESS 7º Região, 2007) e na legislação referente às políticas sociais e aos direitos da população, bem como pelo seu código de ética de 1993.

A profissão surgiu no Brasil em 1930 durante o processo de industrialização e urbanização. Em 1957 foi regulamentada com a lei 3252, atualmente está em vigor a lei 8662/93. (CRESS, 2008). “

Os assistentes sociais atuam em diversos campos, como: Previdência Social, Habitação, Assistência Social, Terceiro Setor, Trabalho, Saúde, dentre outros. No setor saúde os processos de trabalho se fundam numa inter-relação pessoal intensa, constituindo-se em um processo de interseção partilhada (relação profissional-usuário) ” (COSTA, p. 39). Por se tratar de um setor de serviços, o retorno de sua ação não é imediato, depende da mediação profissional/usuários dos serviços, dentre outras mediações, capacidade de reflexão crítica sobre a sua prática para desenvolver estratégias de intervenção na realidade dos sujeitos de forma a produzir coletivamente mudanças significativas na vida dos usuários. O SUS ao mesmo tempo que incorpora reivindicações históricas do movimento sanitário de universalização, participação, descentralização dentre outros, não supera os problemas já existentes, tais como, “a exclusão, a precariedade de recursos, a quantidade e a qualidade de atendimento, burocratização, ênfase na assistência médica curativa” (COSTA, 2003. p.41). É justamente nessa contradição que o assistente social desenvolve suas principais atividades, quais sejam: “ações de caráter emergencial, educação e informação em saúde, planejamento e assessoria e mobilização da comunidade.” (IBID, 2000, p. 44-45).

Na pesquisa realizada foi possível perceber a particularidade do setor saúde como sinalizado por Costa (2003), os desafios às práticas cotidianas e ao fazer profissional nos campos pesquisados apresentados a seguir.

3. 2 Aproximação do Campo: Trabalho do Assistente Social Na Atenção Integral À Pessoas com Doença Falciforme

O trabalho do assistente social na equipe multidisciplinar aconteceu nos seguintes espaços: Ambulatório de Doenças Falciforme; Serviço de Referência em Triagem Neonatal; Clínica de Hematologia e Ambulatório de Hospital referência para tratamento de crianças com Doenças Falciforme. Em todas as pesquisas aparecem

como atividades do serviço social as ações de busca ativa, a orientação de benefícios e encaminhamentos, a educação em saúde como garantia de direito. As categorias: A Promoção de Acesso aos Direitos e a Ação Pedagógica, foram encontradas em todos os trabalhos. As demais categorias como Abordagem Reflexiva; Assessoria; Promoção da Igualdade Racial, não foram encontradas, porém algumas ações nesse sentido podem ser observadas nos trabalhos de PINHO (2014) quando considera a orientação genética, espaço privilegiado para conscientização e Torres (2012) com a ideia de educação com a perspectiva crítica reflexiva, ambas se aproximam da Abordagem Reflexiva. Em Santos (2017) a articulação do serviço social aos setores internos e externos ao hospital trabalhando com promoção e prevenção dos agravos à saúde, considerando as características étnico raciais e, em Pianura (2020) desenvolvendo ações de mobilização social e capacitação profissional, subentende a iniciativa de trabalhar no sentido da promoção da igualdade racial. As assistentes sociais interpretam o desconhecimento dos profissionais de saúde com a fisiopatologia da doença, como preconceito, mas na realidade trata-se do racismo institucional, caracterizado pelo não oferecimento de um serviço adequado em função das características dos indivíduos. (FIGUEROA, 2004)

Os principais limites de atuação a nível macro para Pinho (2014) foi a falta de articulação com a atenção básica; para Torres (2012) a falta de políticas públicas; em Santos (2017) a falta de uma rede de proteção social; em Pianura (2020) a concessão do BPC

A nível micro se apresentam como limites em todos os trabalhos o desconhecimento sobre a doença falciforme; em Pianura (2020) o abandono de tratamento, racismo institucional e a ficha social que não contempla as questões sociais dos usuários. Diante desses desafios as principais ações e possibilidades apresentadas pelas assistentes sociais foram: a realização de grupos de sala de espera, tornando a triagem neonatal como espaço de conscientização, garantia dos direitos e ampliação da qualidade de vida Pinho (2014). Para reduzir o desconhecimento sobre a doença foi apresentado por Torres (2017) a função pedagógica da profissão, para minimizar os efeitos da falta de políticas públicas específicas para as pessoas com doença falciforme, sugere a elaboração de pesquisas e a realização de busca ativa com foco na informação. Já em Santos (2017) o assistente social considera necessário o investimento no acesso aos direitos e dar voz a essas pessoas, investir na emancipação dos sujeitos para reivindicar políticas

públicas. Na pesquisa de Pianura (2020), a proposta de articulação do ambulatório com todos os programas da rede, porém no combate ao racismo institucional não apresentou propostas. A pesquisa de Torres (2012) abre a possibilidade de o assistente social realizar a orientação genética, porém esse trabalho não foi demonstrado na pesquisa, sendo considerada atribuição médica; os estudos de Santos (2017) consideram as especificidades da população, como as características culturais e étnico-raciais, porém a pesquisa demonstrou que o serviço social engendra suas ações na perspectiva do acesso aos direitos sem considerar a dimensão racial. Na realidade, o perfil dos usuários apenas considera a prevalência da doença na população negra. Em Pianura (2020) a dimensão racial contribui para a invisibilidade da doença e demandas dos usuários por saúde, porém a pesquisa realizada não demonstrou as ações desenvolvidas de combate ao racismo institucional, ou não considerou relevante apontá-las.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do artigo foi apresentar reflexões sobre o papel relevante do Assistente Social na Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme e na materialização da Política de Atenção Integral à Saúde da População Negra e dar visibilidade ao protagonismo do movimento negro e movimento de mulheres negras na construção do campo de estudos saúde da população negra, apontando os principais desafios postos ao serviço social no atendimento as demandas dos usuários. Os resultados revelam as lacunas da formação, falta de articulação dos serviços com Atenção Básica, o racismo institucional, a omissão do Estado, a interferência do modelo biomédico no desenvolvimento do trabalho profissional nas instituições, a falta de infraestrutura, a organização de uma rede de proteção para atendimento dos usuários e a necessidade de diálogo com as produções teóricas dos movimentos sociais negros

Pode-se considerar como pontos positivos o amadurecimento e o acúmulo de produções do serviço social nas políticas públicas de caráter afirmativo. O enfrentamento dos desafios à prática está na capacidade técnico operativa do profissional e parafraseando Inojosa a solidariedade social, um compromisso com o sofrimento do outro, é a chave para o atendimento integral das pessoas com doenças falciforme.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS; 2009.

CARMO, Ilka Maria do. *A atenção a Anemia Falciforme no Estado do Rio de Janeiro*. Projeto de Pesquisa do curso de especialização em Direitos Humanos: Gestão e prática. Universidade Cândido Mendes - centro de estudos das Américas Rio de Janeiro, Adois gráfica e editora, 2004,31p.

CFESS. Código de Ética Profissional do assistente social/1993 e Lei 8662/1993, que regulamenta a profissão de serviço social. Brasília 1993.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção do (as) assistentes sociais. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 62. 2000.

FILHO, J. B.S. A questão do negro na sociedade brasileira. In: _____ a questão do negro no curso de graduação em serviço social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2004. P.23-42.

FIGUEROA, Alba L.G. **Contextualização Conceitual e Histórica**. In SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2004, Brasília. Cadernos de Textos básicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 1-33p.

GIL. Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MILANEZI, Jaciane. A institucionalização da saúde da população negra no SUS. Disponível em:<<https://nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A-institucionalizacao-da-saude-populacao-negra-no-SUS>. Acesso em: 20/07/21.

NASCIMENTO, Alexandre do. Os cursos pré-vestibulares populares como prática de ação afirmativa e valorização da diversidade. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana e SILVEIRA, Maria Helena Vargas da (org.). O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-Racista. Brasília: MEC/UNESCO, 2007. p. 65-88

OLIVEIRA, F. O Ministério da Saúde e A Saúde da População Negra. In Oliveira, F. Brasil ano 2001 Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003. 342 p.

PINHO, Ana Carolina de Oliveira. **Orientação genética e anemia falciforme: o papel do profissional de saúde na educação em saúde e preservação de direitos**. 2014. Programa de Pós-graduação em Política Social – PPGPS. Departamento de Serviço Social. Departamento de Humanas, Universidade Brasília, 81p. Dissertação. Brasília. 2014.

PIANURA, Beatriz do Espírito Santo et, al. Doença Falciforme - Conhecer Para Intervir: Demandas e Estratégias do (a) Assistente Social no Ambulatório de Doença Falciforme da Secretaria de Saúde do Município de Magé. 141p. Monografia

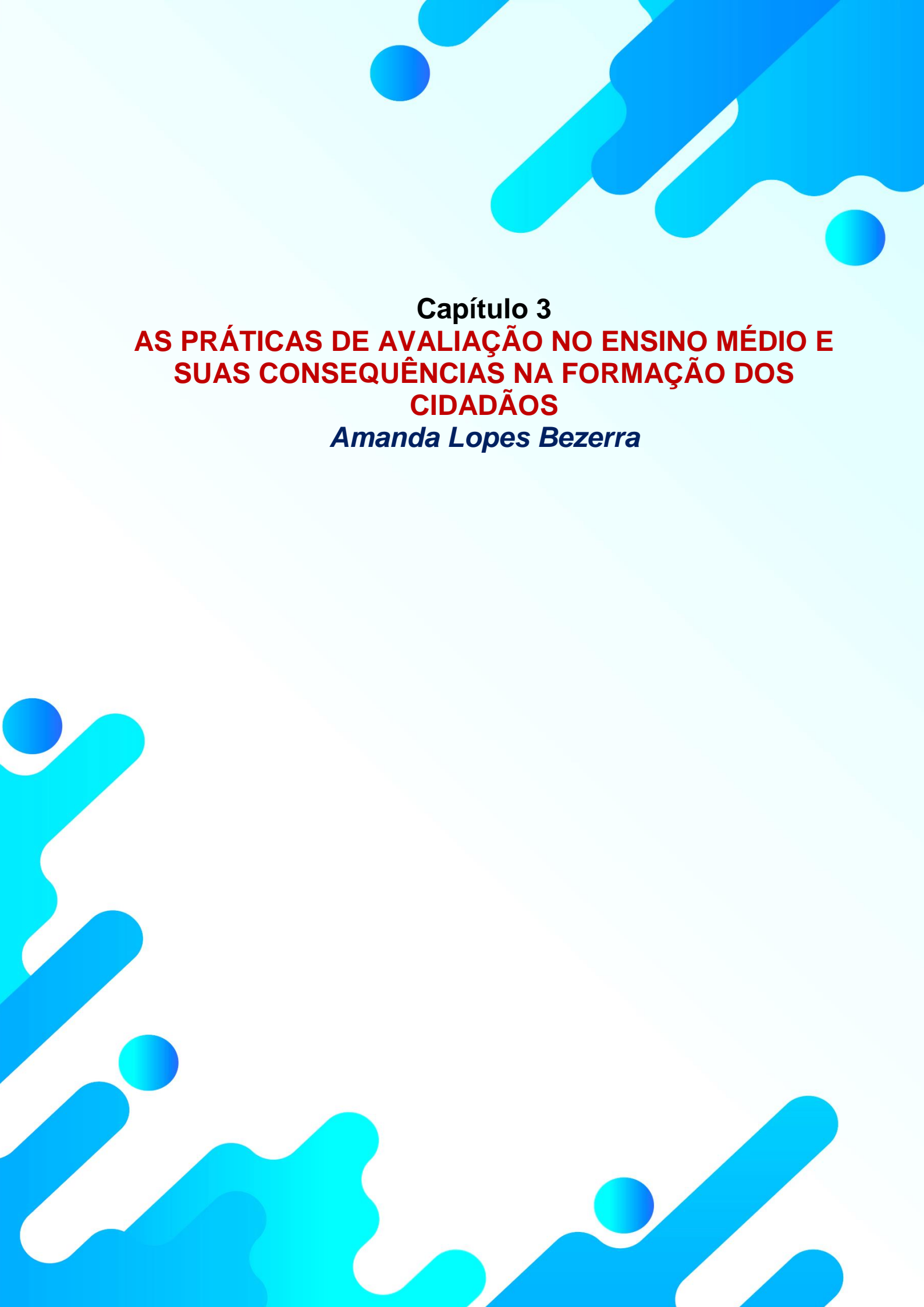
Unigranrio. Rio de Janeiro, 2020.

PINTO, Elisabete Aparecida. et al. DOCUMENTO BASE: A Inserção da População Negra no Contexto Atual do SUS. In 2º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 8 a 10 de novembro de 2006, São Paulo. DOCUMENTO BASE. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2006. p. 8-20.

RIBEIRO, M. As abordagens étnico-raciais no serviço social. In. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 79, São Paulo: Cortez, 2004. p.149-161.

SANTOS, Zilda Cristina Determinantes sociais que envolvem as pessoas com Doença Falciforme: Um Estudo da contribuição do Assistente Social na Atenção a estas Pessoas. 2017. Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Patologia Humana.71p. Dissertação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba. 2017.

TORRES, Camila Guimarães. Triagem Neonatal para Anemia Falciforme no Distrito Federal: Uma abordagem dos aspectos Educativos e da Prática do Assistente Social. Programa de Pós-graduação. 2012. Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. 75p.Monografia, Brasília DF. 2012.



Capítulo 3
AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NO ENSINO MÉDIO E
SUAS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS
CIDADÃOS
Amanda Lopes Bezerra

AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NO ENSINO MÉDIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS

Amanda Lopes Bezerra

*Graduanda em Língua Portuguesa na Unidade Acadêmica de Letras pela
Universidade Federal de Campina Grande. Endereço eletrônico:
amandalopes034@gmail.com.*

RESUMO

Para crianças e adolescentes, a escola, com o passar do tempo, torna-se o local onde desfrutam a maior parte de seu tempo, estudando mais do que regras e fórmulas matemáticas. Os educandos assimilam direitos, deveres e como “devem” se comportar em sociedade. Este relato se propõe a observar como as avaliações de múltipla escolha influenciam de forma positiva (ou negativa) nessa formação em que a instituição de ensino tem papel fundamental. Com a finalidade de obter resultados para serem discutidos mais adiante, se fez crucial o período de observação direcionado a uma escola estadual localizada em uma cidade do Agreste paraibano, com o foco unicamente na turma de terceiro ano. Para a metodologia empregada, utilizamos um formulário que foi aplicado de forma totalmente on-line para 30 alunos através da plataforma *Google Forms*. Por outro lado, também realizamos uma entrevista com a professora de Língua Portuguesa da instituição observada. Com o uso de alguns fragmentos desse colóquio, juntamente com os resultados quantitativos dos discentes, analisamos e comparamos com textos de importantes teóricos da educação, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Como resultado da entrevista, a professora se mostrou discordante a esta forma de avaliação por julgar não ser instigante para os educandos e, por conseguinte, a verificação da aprendizagem ser feita de maneira superficial. Já na aplicação do formulário, os discentes, enfim, concordaram com a opinião da docente e demonstram que optam por avaliações de teor discursivo com a finalidade de defender seu ponto de vista. Ao final, concluímos que esse tipo de prova não é eficaz para a avaliação da aprendizagem, além de seguir os moldes do ensino tradicional: o colégio espera que o aluno apenas responda de acordo com os conhecimentos que são esperados pelo professor. Se isso não ocorrer, acarreta a penalização avaliativa dos educandos.

Palavras-chave: avaliação. escola. professor. aluno.

ABSTRACT

For children and adolescents, school, over time, becomes the place where they spend most of their time, studying more than mathematical rules and formulas. Students assimilate rights, duties, and how they “should” behave in society. This report proposes to observe how the estimates of multiples can positively (or negatively) influence this training in which the teaching institution plays a fundamental role. To obtain results to be discussed later, the orientation period directed to a state school located in a city in the Arrested of Paraíba, with the focus exclusively on the third-year class, became

crucial. For the methodology employed, we used a form that was applied completely online to 30 students through the Google Forms platform. On other hand, we also interviewed the Portuguese language teacher at the observed institution. With the use of some fragments of this colloquium, together with the quantitative results of the students, we analyze and compare with texts of important theorists of education, both Brazilian and foreigners. As a result of the interview, the teacher disagreed with this form of evaluation because she judged it not to be instigated for the students and, therefore, the verification of learning was done superficially. When applying the form, the students, finally, agreed with the professor's opinion and demonstrated that they opt for estimates of discursive content with the orientation of defending their point of view. In the end, we concluded that this type of test is not effective for the assessment of learning, in addition to following the molds of traditional teaching: the school expects the student to answer only according to the knowledge that is expected by the teacher. If this does not occur, it will result in an evaluative penalty for the students.

Keywords: evaluation. school. teacher. student.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sociedade a forma de compreensão e atuação no mundo é diferente para todos os indivíduos, pois não é nenhuma novidade que todos têm vivências, costumes e distintas maneiras de lidar com a mesma situação. Assim surgiu o conceito de paradigmas, como é apresentado por Vasconcellos (2002, p.30), a autora os define como “[...] filtros que selecionam o que percebemos e reconhecemos e o que nos levam a recusar e distorcer os dados que não combinam com as expectativas por eles criadas”, a partir disso fica evidente que essas referências determinam as regras de percepção e comportamento das pessoas no mundo.

Pensando nisso, conseguimos inferir que com o ambiente escolar não seria diferente: as diversas maneiras de entender o processo de ensino e aprendizagem, por parte do professor, acaba resultando em distintas metodologias e formas de ensinar um mesmo conteúdo. Por isso, é fundamental o debate a respeito dos inúmeros modelos educacionais e ferramentas didáticas para auxiliar a construção do conhecimento na formação dos docentes e uma das formas encontradas para isso, é através da observação das aulas por parte dos graduandos nos diversos cursos de licenciatura. Todavia, o que muitos autores mostram é que, na maioria das vezes, ainda há predominantemente uma visão de educação voltada para uma perspectiva tradicional, como Burke (2009, p. 31) nos apresenta: “Quando a grande maioria das pessoas fala em ensino, a ideia geral subjacente é a transferência ou aquisição de

conhecimentos. Ensina-se ou aprende-se “alguma coisa”, é verdade, mas as coisas não são tão simples como pode parecer”.

Considerando esse contexto, podemos observar que o autor entende o modelo tradicional de ensino como uma forma de transferência de conhecimento por parte dos docentes para os alunos e, a partir disso, esse paradigma não só modela a forma de pensar sobre as aulas, mas também a maneira de se entender as ferramentas de avaliações. Este trabalho tem como tema justamente essa relação do ensino visto como transmissão de conhecimentos levando em conta as provas de múltipla escolha e como isso acaba influenciando o comportamento dos educandos.

A ideia da referida pesquisa surgiu através da disciplina “Paradigmas de Ensino”. Ao longo das aulas, mantivemos contato com textos teóricos, narrativas de experiências educacionais e reflexões críticas sobre a prática docente com a finalidade de refletir como as diferentes maneiras de ensinar acabam resultando em distintas formas de aprendizagem e por isso, esses debates são saberes indispensáveis para os educadores. A presente pesquisa se justifica como um meio de analisar como as avaliações de múltiplas escolhas podem afetar (positivamente ou negativamente) o futuro dos jovens que irão atuar no mercado de trabalho, interagir com seus semelhantes, refletir sobre seus deveres e garantir seus direitos. Para desenvolver essas competências é necessário um bom ensino de Língua Portuguesa e conseqüentemente uma melhor forma de avaliar se esses conhecimentos foram alcançados.

Para fundamentar o estudo, emergiu a seguinte questão norteadora: quais as conseqüências das avaliações de múltiplas escolhas para a formação dos alunos de ensino médio? Para conseguirmos responder a este questionamento torna-se necessário estabelecer o objetivo: analisar como as lacunas que são deixadas por esse método avaliativo acabam prejudicando o comportamento dos jovens fora do ambiente escolar. A metodologia baseia-se nas observações feitas na instituição de ensino em questão além da análise destes fatores fundamentado nas contribuições teóricas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As avaliações de múltiplas escolhas são muito utilizadas como porta de entrada para concursos públicos e cursos de nível superior (Enem ou vestibulares). Porém de

acordo com um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), a realização dessa forma de avaliação não consegue selecionar de forma totalmente eficaz qual indivíduo é o mais indicado para ocupar essas vagas e para isso, eles acabam defendendo o fim dessa forma de avaliar: “Vários tipos de prova são hoje aplicados no Brasil, sem, entretanto, existir provas práticas, que emulem ou simulem situações reais com as quais o eventual aprovado se depararia no cotidiano [...]” conta o coordenador da pesquisa. Ainda nesse mesmo estudo, os investigadores defendem que “A proposta é o uso de questões escritas discursivas que abordem situações reais a serem vivenciadas pelos futuros contratados. Além disso, defende a aplicação de prova prática nos casos em que a discursiva for insuficiente para avaliar a qualificação do candidato” ou seja, o uso das avaliações de múltiplas escolhas, de acordo com essa investigação, é algo negativo para todas as pessoas que irão realizá-la porque não consegue, muitas vezes, testar suficientemente conhecimentos dos alunos e/ou concurseiros.

Além desses apontamentos que são observados no momento em que o adolescente ou adultos vão para o mercado de trabalho, ainda conseguimos encontrar problemáticas que ainda são enfrentadas em sua vida escolar. Mesmo com o passar dos anos, os colégios continuam seguindo a visão tradicional de ensino, como MORAES (2012) comenta brevemente em sua obra: “[...] continuam oferecendo uma escola fechada, centralizada, estável, destinada a uma população qualquer, totalmente amorfa, um tratamento igual para todos, descuidando das diferenças e das necessidades individuais.” ou seja, nessa forma de pensar o ensino prevalece a transferência de conhecimento de um indivíduo para o outro (ou do professor para o aluno) e acaba sendo mais do que isso: o docente ensina algo e imediatamente, todos os estudantes vão absorver todo aquele aprendizado de uma só forma e desconsidera totalmente as variantes que acabam influenciando cada sujeito: suas vivências, cultura, crenças, entre outros.

Seguindo o conceito de ensino e conhecimento propagado pelas escolas conseguimos chegar à visão das avaliações de múltiplas escolhas: mais uma vez o conhecimento é visto como uma transferência de um sujeito para o outro e esse indivíduo que “aprende” não possui variantes que podem mudar sua visão acerca de determinados conteúdos. Por isso, a visão negativista do erro é algo muito presente desse tipo de avaliação, como SUASSUNA (2007) chama atenção: “As intervenções do professor, uma vez constatado o desvio em relação a objetivos e conhecimentos

previamente estabelecidos, deveriam se dar sempre no sentido de “corrigir a rota” do aluno (re)conduzindo-o a atingir esses mesmos objetivos e conhecimentos”, então quando o aluno se distancia desse saber, que deveria ser transmitido integralmente e “sem grandes problemas”, automaticamente acaba resultando em notas inferiores.

METODOLOGIA

Por causa da ³pandemia da ⁴COVID-19, as aulas presenciais da grande parte das escolas públicas e privadas do país se encontram suspensas por tempo indeterminado e dessa forma estão sendo realizadas totalmente online. Conseqüentemente, para a obtenção dos dados do relato reflexivo foi feita uma mesclagem de duas formas de observações: presencial (que se utilizou de fotografia e entrevista) e a remota (que deteve sua análise aos vídeos das aulas gravadas e a aplicação de um formulário aos alunos).

A investigação foi realizada em uma escola estadual de uma pequena cidade do agreste paraibano que propicia ensino fundamental II e ensino médio na modalidade integral de ensino, porém com a pandemia está ofertando aulas inteiramente de forma remota. No ano em que esse relato foi redigido (2021) detêm em média 275 alunos, distribuídos em: 1 turma de 9º ano do ensino fundamental, 4 turmas de 1º ano, 3 turmas de 2º ano e 3 turmas de 3º ano (ambos do ensino médio), em média são de 30 a 33 alunos por classe. A maior parte dos estudantes são de classe média e baixa e são residentes, em sua maioria, da zona rural.

Como instrumento para a coleta de dados irá ser utilizado um questionário com 10 perguntas que podem ser dividido em duas partes: as 5 primeiras perguntas são de âmbito pessoal, afim de conhecer melhor a situação dos discentes (se moram na zona urbana ou rural, situação socioeconômica, se possuem acesso a internet, quais são as experiências nas aulas de Língua Portuguesa, entre outros). O restante das questões procuram indagar como eles se sentem respondendo esse tipo de avaliação e até como a questão do erro é vista na sala de aula. Vale ressaltar que para a análise de dados, apenas utilizamos a questão 7 que pergunta qual o método avaliativo que

³ Segundo a Organização Mundial da Saúde: pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia (surto que afeta uma região) se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

⁴ O coronavírus (ou COVID-19) é uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

eles mais gostam e o porquê e a questão 8 que inquirir se a nota ao final da avaliação condiz com a aprendizagem dos mesmos. Esse instrumento foi aplicado a 30 alunos de terceiro ano do ensino médio no ano de 2021. Eles responderam ao questionário de forma remota através de um formulário do *Google* no intervalo entre duas aulas.

Na entrevista que foi realizada com uma professora de português da instituição, procuramos saber o que ela pensa sobre esse método avaliativo: se auxilia verificar o aprendizado dos discentes, quais as orientações dos órgãos superiores (direção e secretaria de educação) e o motivo desse método ser o mais escolhido entre as escolas de todo o país. As perguntas e respostas foram gravadas através de um telefone celular e para compor os dados do relato foi transcrito um pequeno fragmento através das normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ANÁLISE DE DADOS

Como recuperado no aporte teórico, a visão de educação propagada por grande parte dos professores e profissionais da educação é voltada para o tradicional: o docente se torna o centro do processo educativo e o discente permaneceria na posição de ‘tábula rasa’ como defendido pelo suíço Jean Piaget. Esse conceito atravessa as diferentes atividades realizadas no interior da escola, entre elas destacamos as provas, como discutido anteriormente. Porém nem todos os educadores concordam com essa visão, como podemos observar no fragmento da entrevista realizada com a professora de Língua Portuguesa da instituição de ensino observada:

Fragmento da entrevista realizada com a professora de LP

Entrevistadora: você acha que... essa forma de avaliar é interessante para os alunos?

Professora: as questões são todas de múltipla escolha com cinco alternativas é:: já:: é: pra eles irem se habituando a questão das provas que: a gente faz hoje né enem concurso:: enfim é nesse modelo de múltipla escolha por conta disso é:: na minha opinião... não é muito instigante para o aluno... porque: eles marcam a alternativa que acham que está correta e: pronto:: eu acho que... quando as

questões possuem respostas abertas... eles se esforçam mais para tentar me convencer que aquela resposta está correta

[

Entrevistadora: então assim eles aprendem mais?

Professora: exatamente:: muitas vezes ou na maioria das vezes... na ¹avaliação semanal... que por conta da pandemia: passou a ser bimestral... eles acabam... chutando a: resposta e acabam acertando e:: eu acho que isso não é interessante...

Como podemos observar no fragmento da entrevista, a professora acaba concordando com a pesquisa realizada pela FGV e UFF, pois de acordo com a opinião dela os alunos conseguem demonstrar seu conhecimento mais facilmente em questões discursivas (que ela chama de questões com respostas abertas) e assim os resultados conseguem ser mais precisos. A partir dessa conclusão, podemos atentar que ela acaba seguindo uma visão de ensino diferente da tradicional que foi apresentada por Moraes anteriormente. No trecho “quando as questões possuem respostas abertas eles se esforçam mais para tentar me convencer que aquela resposta está correta” não aparece a concepção de copiar tudo aquilo que o professor tinha explicado anteriormente, mas ela acaba demonstrando uma preocupação em relação ao fato dos educandos explicarem com suas palavras o que conseguiram aprender nas aulas e assim conseguir avaliar exatamente o conhecimento adquirido.

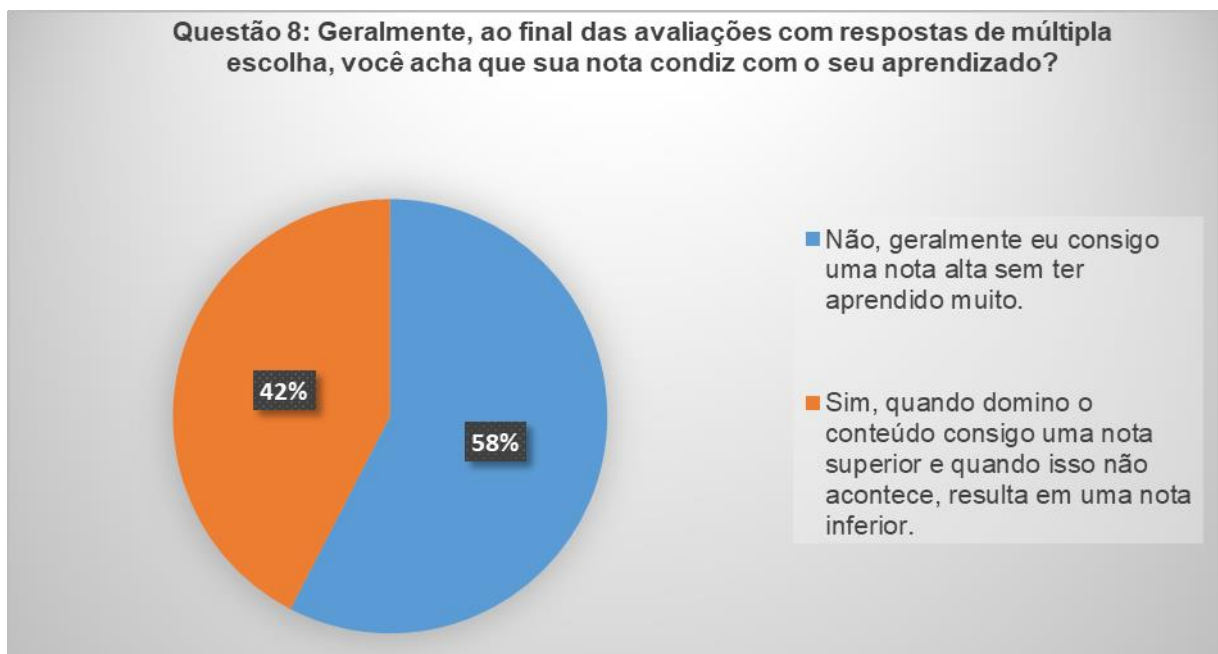
Outro ponto que necessita ser destacado na entrevista é a citação dos concursos públicos e vestibulares, a escola (ao nosso ver) acaba se interessando mais nessas questões do que em uma avaliação de um aproveitamento melhor (não só com as questões discursivas, mas também com outros métodos de avaliação), pois com um maior número de estudantes passando nos vestibulares, esse colégio acaba ganhando uma maior visibilidade e destaque entre as demais. A prova dessa realidade é que, de acordo com Amanda Viegas (2018), um dos fatores mais comuns que os pais consideram antes de matricular seus filhos em uma escola é o “desempenho dos alunos no Enem e aprovação no vestibular”

Por outro lado, na aplicação do questionário para os alunos do terceiro ano de ensino médio, obtivemos respostas que não se distanciam da realidade apresentada pela docente da instituição, como podemos ver nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: respostas dos discentes na questão 7



Gráfico 2: respostas dos discentes na questão 8



O resultado do primeiro gráfico deixa evidente o que a professora e a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Federal Fluminense já tinham chamado atenção: as avaliações com respostas discursivas são mais aceitas, porque conseguem tanto ajudar o professor a julgar se aquele aluno conseguiu aprender o

conteúdo em questão, como também auxilia aos alunos a melhor dissertar suas respostas e, conseqüentemente defender seu ponto de vista.

Essa realidade demonstrada anteriormente, acaba resultando no segundo gráfico que nos mostra algo preocupante: os educandos, dessa instituição, estão obtendo ⁵notas altas sem ter conseguido aprender o conteúdo proposto da Língua Portuguesa e as conseqüências disso irão ser as mais variadas possíveis para os futuros cidadãos do país, pois de acordo com Antunes (2009), o bom ensino de línguas pode, entre outras coisas: “fomentar a prática da *observação*, da *análise*, do *questionamento*, da *reflexão crítica*, com a convicção de que conhecer é um processo em constante desenvolvimento e de que não existe um saber pronto, acabado, inalterável” ou seja, o individuo aprende a ser mais humano.

Outro efeito disso é a dificuldade de conseguir interpretar textos do cotidiano, que o componente curricular na escola é o principal responsável por incentivar isso, como LENNON (2016, grifos do autor) comenta: “A interpretação está mais presente em nossas vidas do que a maioria das pessoas imaginam, utilizamos **interpretação** para entendermos algo escrito de uma forma mais subjetiva, para entendermos um filme, uma peça de teatro, etc.

Interpretação não se baseia apenas ao texto, refere-se a signos linguísticos, a mensagens verbais e não-verbais, ao entendimento de imagens e as mensagens passadas através delas, a semiótica.”. Então a boa compreensão da Língua Portuguesa é crucial para a formação do cidadão, já que mais do que um “conjunto de regras” como o senso comum defende, garante a melhor comunicação, a criticidade, o questionamento e a reflexão sobre a sociedade em que todos estão inseridos.

Dessa forma, com base nos resultados expostos e discutidos ao longo do trabalho reflexivo podemos inferir que as conseqüências das avaliações de múltipla escolha para a formação dos indivíduos da sociedade são diversas: inicialmente, o docente não consegue verificar se os alunos compreenderam o conteúdo da disciplina porque tem a possibilidade dos mesmos terem marcado a alternativa sem possuir certeza disso e essa falta de confiança pode ser explicada por uma falha na aprendizagem que vai resultar futuramente em suas práticas como indivíduo que vive em sociedade e necessita dominar a sua língua para ter melhores oportunidades de

⁵ Como explicado para os alunos, o conceito de “notas altas” utilizado nessa pesquisa leva como referência as notas a cima de 7, que comumente são utilizadas pelas escolas no país.

emprego, garantir seus direitos e interagir com seus semelhantes por meio de linguagem verbal ou não-verbal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados na pesquisa se faz necessário refletir sobre as escolhas que o professor é obrigado a fazer, pois de um lado a direção da escola e até os próprios alunos podem exigir que seja feita a avaliação a partir das questões com respostas de múltipla escolha porque são mais cobradas nos vestibulares, concursos e entre outros, como é mostrado na transcrição da conversa com a professora, todavia em algumas vezes (como foi apresentado nesse relato e na pesquisa da FGV e UFF) essa forma de avaliar não vai conseguir verificar se o aluno compreende e domina os conteúdos da disciplina Língua Portuguesa, se tornando mais eficiente as questões discursivas ou outros métodos como portfólios, seminários e debates.

Não é objetivo desse trabalho criticar esse método avaliativo até porque se torna bastante necessário para a vida dos educandos na sua vida após o término de seus estudos escolares, entretanto nesse caso, não se mostrou muito eficiente para a verificação dos saberes dos mesmos e que uma falha nessa aprendizagem, que foi demonstrada no gráfico 2 dessa análise, pode resultar em efeitos negativos para o futuro dos próprios alunos, como por exemplo, uma dificuldade de interpretar os diferentes textos que eles podem encontrar no dia a dia.

Porém como podemos perceber, esse tipo de avaliação consegue refletir muito bem a visão de ensino que é propagada na grande parte das escolas: como transmissão de conhecimento e que é algo igual para todos, desconsiderando suas vivências, crenças e culturas, também por conta desse fator, acaba sendo o modelo de prova mais aplicado em todo o país. Entretanto, como observamos com a fala da professora entrevistada, os docentes estão cada vez mais se sentindo incomodados com isso e percebendo os vários pontos negativos. Com essa visão que tende a se proliferar ao passar dos anos, é bem provável que essa realidade passe a mudar nas próximas décadas, passando a um estilo de prova mais justa e que consiga contemplar as diferentes visões de um mesmo assunto/conteúdo.

O estudo dessa temática se torna bastante relevante para os estudantes de graduação que futuramente vão se tornar professores, pois poderão pensar mais


sobre suas formas de avaliação e quais os paradigmas que as orientam porque assim conseguirão promover o conhecimento para o maior número de alunos possível. Por outro lado, podem garantir uma maior qualidade no ensino que acaba refletindo em uma sociedade mais justa, crítica e reflexiva para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. Língua e cidadania: repercussões para o ensino. In: ANTUNES, Irandé. **Língua, texto, ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 33-45.
- BURKE, Thomas Joseph. **Por uma revolução de qualidade no ensino**: invertendo o paradigma. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.
- LEAO, Denise M. M. Paradigmas Contemporâneos de Educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista. **Caderno de Pesquisa [online]**, 1999, n.107, p.187-206. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.
- LENNON, John. 8 fatores que mostram a importância do português no cotidiano. **Canal do ensino**, 2016. Disponível em: <https://canaldoensino.com.br/blog/8-fatores-que-mostram-a-importancia-do-portugues-no-cotidiano>. Acesso em: 13 de maio de 2021.
- MARCUSCHI, Beth; SUASSUNA, Lívia (Org.). **Avaliação em Língua Portuguesa**: contribuições para as práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 16. ed. Campinas: Papirus: 2012.
- SCHUELER, Paulo. O que é uma pandemia. **Portal Fiocruz**, 2020. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- TESINI, Brenda L. Coronavírus e Síndromes respiratórias agudas (COVID-19, MERS e SARS. **Manual MSD**, 2020. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/coronav%C3%ADrus-e-s%C3%ADndromes-respirat%C3%B3rias-agudas-covid-19-mers-e-sars>. Acesso em: 9 de abr. de 2021.
- TOKARNIA, Mariana. Estudo aponta falhas e propõe mudanças nos concursos públicos. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100358033/estudo-aponta-falhas-e-propoe-mudancas-nos-concursos-publicos>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papyrus, 2002.

VIEGAS, Amanda. Os fatores mais procurados pelos pais na hora da matrícula. **Plataforma Educacional**. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/7-criterios-que-os-pais-analisam-para-definir-matricula-escolar/>. Acesso em: 12 de maio de 2021.



Capítulo 4
O TODO SABIDO E CADA PARTE INTELIGENTE!
MAPEAMENTO TEÓRICO E METRÍCO DAS
PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS NACIONAIS E
INTERNACIONAIS DA INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

Andrea Cristina Fermiano Fidelis
Nilton Soares Formiga



O TODO SABIDO E CADA PARTE INTELIGENTE! MAPEAMENTO TEÓRICO E METRÍCO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DA INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

Andrea Cristina Fermiano Fidelis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0089-3681>

Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

E-mail: acris.fidelis@gmail.com

Nilton Soares Formiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4907-9736>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, Natal, Brasil

E-mail: nsformiga@yahoo.com

Resumo: O tema da inteligência espiritual (IESP) tem chamado a atenção dos pesquisadores, com um crescente número de publicações em diferentes áreas do conhecimento. Os estudos apresentam uma pluralidade de abordagens, diferentes escalas, com perspectivas e interpretações dissonantes. Com o objetivo de conhecer o que está sendo publicado sob o tema da inteligência espiritual na literatura científica, foi realizada uma revisão sistemática da literatura na plataforma *Scopus*. A partir deste estudo foi possível contruir um mapa geral dos artigos publicados e as escalas utilizadas. Os resultados indicam uma predominância de publicações nas áreas da psicologia e das organizações. O método quantitativo prevalece sobre os demais, tendo como instrumentos de medida mais utilizados o SISRI e o ISIS. Os países Iran, Malásia e USA são os que mais publicam sobre o assunto. As discussões sobre a relação da teoria da inteligência espiritual com aspectos religiosos dividem as opiniões dos autores, influenciando a interpretação dos dados investigados.

Palavras-Chave: Inteligência espiritual, revisão sistemática, espiritualidade, escalas

INTRODUÇÃO

Apesar de sua origem pertencer ao campo religioso e filosófico, a espiritualidade vem despertando o interesse dos pesquisadores, sendo analisada pelo ponto de vista da ciência. Esta dimensão aponta para a necessidade de olhar para o ser humano sob uma perspectiva holística, considerando seus aspectos racionais,

emocionais e espirituais. Contudo, o debate sobre este assunto ambíguo e complexo tem-no tornado num tópico de pesquisa desafiador (Karakas, 2010). Sua discussão sofre interferência das crenças pessoais, culturais e religiosas de seus investigadores. Não obstante, muitos autores estão a percorrer este caminho, na intenção de compreender a influência desta dimensão na vida dos sujeitos e na sociedade.

Entre as diferentes linhas de estudo deste tema, como por exemplo, espiritualidade no trabalho (Rego & Cunha, 2010), empreendedorismo e espiritualidade (Porter & Mitchell, 2016) e responsabilidade social (McGhee & Grant, 2017), a inteligência espiritual (King, Mara, & Decicco, 2012) vem propor medir a espiritualidade dos indivíduos. A inteligência associada à espiritualidade nasceu a partir da publicação do livro de Gardner (1983) sobre as Inteligências Múltiplas, o qual, apontou que as pessoas possuem diferentes tipos de inteligências que não se restringem somente a competências lógicas. Uma delas, que consiste na capacidade humana de dar sentido à vida, perceber a realidade em uma perspectiva mais profunda, com a predisposição de conectar-se com o divino e o sagrado, inspirando uma discussão acadêmica (Emmons, 2000a; Hyde, 2004) culminando com a construção do tema da inteligência espiritual (IESP)

O desenvolvimento de escalas de medida objetivas sobre IESP contribuiu para o avanço deste construto para a pesquisa científica. A partir desses instrumentos, os artigos passaram a investigar a relação da espiritualidade em vários contextos, abrangendo pesquisadores de diferentes áreas como psicologia, saúde, educação e gestão (Kaur & Bashir, 2016; Siswanti, Khairuddin, & Halim, 2018; Upadhyay, 2017). Contudo, estas investigações apresentam contradições nos resultados empíricos, com interpretações distintas sobre o que é inteligência espiritual.

A discrepância das informações e a variedade de assuntos encontrados nos documentos despertaram o interesse de verificar como o tema da inteligência espiritual está sendo discutido e investigado no meio científico. Na senda da concretização desse objetivo, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, com base no protocolo de investigação construído a partir do modelo de Donato e Donato (2019). A busca dos artigos e revisões foi realizada na plataforma *Scopus*. O foco do estudo é o de contruir um mapa geral de publicações científicas para conhecer como o tema está sendo discutido considerando as áreas de *expertise*, os métodos de pesquisa e as métricas utilizadas.

Através deste trabalho foi possível construir um panorama geral dos artigos publicados sobre a inteligência espiritual, dando a conhecer que existem diferenças na concepção teórica do tema entre os autores ocidentais e orientais, mais precisamente ao que concerne a inclusão da visão religiosa na definição do assunto.

Facetas teóricas da Inteligência espiritual

Os estudos científicos têm-se dedicado a conhecer o ser humano através de uma perspectiva integrativa e complexa, incluindo os seus aspetos subjetivos. Dentro desta filosofia estão os estudos sobre a Espiritualidade, que se propõe olhar para a parte do ser humano relacionada ao anseio em ter uma vida com propósito e significado, alinhados aos seus valores e princípios pessoais (Houghton, Neck, & Krishnakumar, 2016).

A visão sobre espiritualidade sofre influência dos valores de cada sujeito. Usualmente ela é entendida em três diferentes perspectivas: visão original intrínseca, visão religiosa e visão existencial. A visão 'original intrínseca' parte do pressuposto que a espiritualidade é a expressão da consciência interna de cada indivíduo, que está além das crenças e valores aprendidos. Está associada ao senso de conexão consigo próprio e com a comunidade. A visão 'existencial' descreve a busca do ser humano em utilizar seu potencial para criar uma vida com propósito e significado, integrada com aquilo que acredita ser essencial em sua existência. Já a visão 'religiosa' discute a espiritualidade através de uma confissão religiosa específica, com suas doutrinas e crenças, como por exemplo, o Catolicismo e o Islamismo. (Krishnakumar & Neck, 2002).

Um ângulo de estudo da espiritualidade é realizado através da IESP. O estudo da inteligência, que usualmente é associada a habilidades lógicas e racionais, ampliou seu campo de entendimento, investigando outras dimensões desta habilidade humana. A IESP é definida como a capacidade dos indivíduos em dotar a vida de sentido e propósito, através de uma conexão profunda com seus valores pessoais, com a sociedade e com a natureza (Emmons, 2000a).

A IESP promove a competência de refletir sobre o sentido existencial como a vida, a morte, a razão e o propósito de estar vivo. Sendo assim, conduz o indivíduo a avaliar os fatos vividos, sejam eles comuns ou extraordinários, como oportunidades de evolução pessoal, que reorienta e prepara para as demandas da vida. Isto estimula

as pessoas ao autodesenvolvimento e autoconhecimento constantes, com aumentada capacidade de perceber a realidade para além de suas habilidades individuais, indo de encontro a valores transcendentais positivos (King & Deccicco, 2009).

Ela também (a IESP) é considerada uma habilidade humana de resolver problemas e pensar o mundo através de uma lente holística de si próprio e da realidade. A perspectiva holística refere-se à capacidade de criar sentido e significado, visão e valor, que facilitam o diálogo entre razão e emoção, entre mente e corpo, e que permitem integrar o comportamento interpessoal e intrapessoal, transcender a lacuna existente entre o eu e outros (Anwar & Osman-gani, 2015).

Na perspectiva de Zohar e Marshall (2000) a inteligência espiritual representa a evolução da capacidade cerebral humana, estando no topo da hierarquia entre os três níveis de inteligência, a saber, inteligências racional, emocional e espiritual. Os autores partem do princípio de que as inteligências racional e emocional não são capazes de explicar a complexidade da inteligência dos indivíduos. Existe na essência do homem o anseio por compreender a vida. Este desejo gera motivação para refletir sobre valores, sentido e propósito. Destacada-se ainda, que a IESP permite que o sujeito se questione, em cada experiência vivida, qual o sentido encontrado, qual impacto sofrido, quais as crenças e valores pessoais foram mantidos ou violados e quais sentimentos são despertados (Zohar & Marshall, 2000). Esta capacidade situa a vida num contexto mais amplo. Nela estão condensadas a verdade interna, de onde nasce o propósito, a felicidade e a realização.

Alguns estudiosos de Recursos Humanos (RH) (Mahmood, Arshad, & Ahmed, 2018) perceberam que a inteligência espiritual pode ser a chave para desenvolver um novo valor no trabalho, conectada com uma postura centrada no bem-estar das pessoas, na responsabilidade social e ética e cuidado com o meio ambiente, gerando impacto positivo na performance e na saúde das organizações.

As pesquisas realizadas na área das organizações apontam que colaboradores com mais IESP apresentam habilidade de dotar de significado positivo as situações complexas da vida, com equilibrado entendimento dos fatos, utilização eficiente das capacidades intelectuais e emocionais e presença marcante de comportamentos orientados por senso de moral. Estas pessoas utilizam as suas capacidades para superar obstáculos difíceis e tomar decisões no trabalho que contemplem não só ganhos económicos, mas que estejam consonantes com as suas crenças pessoais

acerca do que é certo ou errado (Kauanui, Thomas, Sherman, Waters, & Gilea, 2008; Vivek & Amrith, 2017).

As investigações que relacionam a IESP à liderança indicam que líderes com valores espirituais estimulam ambientes de honestidade, confiança entre equipas (Mcghee & Grant, 2017), comprometimento na atividade laboral, refletido através de um aumentado senso de propósito, sentimento de segurança interna e respeito mútuo (Rego & Cunha, 2010), culminando com maiores níveis de produtividade.

A abordagem da IESP está relacionada com a essência do ser humano e o seu desejo interno de construir uma vida conectada aos seus valores mais profundos. A IESP abre a oportunidade de compreender como as pessoas reagem frente as situações de vida, como encaram os desafios, como estabelecem as suas relações com as pessoas, com a família e com o meio ambiente. Refletindo sobre esta gama de possibilidades é pertinente indagar por que caminhos os investigadores estão a estudar este assunto. A revisão sistemática da literatura é um método eficaz para responder a esta questão, clarificando quais as linhas que o estudo da IESP está a percorrer.

METODOLOGIA

Com o objetivo de organizar um mapa das publicações que abordam o tema da SI na comunidade científica, foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Esta técnica é a mais adequada para identificar os estudos sobre um tema específico, de maneira organizada e transparente, construindo um panorama abrangente e não tendencioso sobre o assunto pesquisado (Donato & Donato, 2019; Sampaio & Mancini, 2007).

A partir da seguinte pergunta: como está a ser discutido e investigado no meio científico o tema da IESP, foi realizado o seguinte protocolo de investigação:

- 1- Selecionar os documentos identificados como artigos e revisões publicados em revistas científicas internacionais;
- 2- Considerar artigos escritos em inglês, português e espanhol, com acesso ao documento;
- 3- Selecionar os artigos que abordam o tema da inteligência espiritual;
- 4- Identificar os países que escrevem sobre o tema;
- 5- Identificar a natureza do estudo;

- 6- Verificar as escalas utilizadas para medir IESP;
- 7- Verificar se o conteúdo do texto tem relação com uma confissão religiosa.

A seleção dos documentos foi realizada na plataforma *Scopus* em agosto de 2019, na língua inglesa, com a palavra *Spiritual Intelligence* escrita entre aspas em *Article title, Abstract and Key word*. Após aplicação do protocolo de análise, dos 239 documentos encontrados, 75 foram excluídos da amostra, 42 deles por não serem artigos e revisões e 33 por não abordarem o temas da inteligência espiritual. A amostra válida para este estudo é de 164 documentos.

Resultados

Os 164 artigos desta amostra de estudo estão publicados entre os anos de 2000 e 2019 sendo que o ano de 2018 apresenta o maior número de documentos (34).

Os países com maior publicação são Iran (29%), Malásia (12,5%) e Estados Unidos (12,1%). A participação dos países europeus é de 16,7%, com o Reino Unido abrangendo 6,3% destes. Portugal conta com três publicações: Neto & Furnham (2011) Jorge, Esgalho & Pereira (2016) e Antunes, Silva & Oliveira (2018), todas na área de Psicologia.

Os autores mais citados, aparecendo em praticamente todos os documentos são Emmons, Zohar e Marshall, e Gardner. As escalas mais utilizados para avaliar a inteligência espiritual são o SISRI (King & Decicco, 2009), em 49 estudos e o ISIS (Amram & Dryer, 2008) em 10 estudos.

Temas de Abordagem e Natureza dos Documentos

Na avaliação dos artigos foram identificadas oito áreas predominante de investigação: Psicologia, Organizacional, Liderança, Empreendedorismo, Educação, Saúde, Sustentabilidade e Outros. A natureza dos documentos também foi organizada em oito modalidades: teóricos, estudos de caso, experimentais e experimental quantitativo, lógica *fuzzy* (técnica de modelagem computacional para a construção de ferramenta de medida), mistos, qualitativos e quantitativos.

Os documentos analisados concentram-se nas áreas da Psicologia (50%) e das Organizações (29,3%). As investigações de natureza quantitativa prevalecem (57,3%) sobre as demais metodologias. Apesar disto, as áreas de Liderança e

Sustentabilidade centralizam as discussões sobre a IESP em trabalhos teóricos (ver tabela 1).

Tabela 1: Abordagem e Metodologia

	Psicologia	Organizacional	Liderança	Empreendedorismo	Educação	Saúde	Sustentabilidade	Outros	TOTAIS
Teórico	19	13	8	0	4	0	3	2	49
Estudo de Caso	1	0	0	0	0	0	0	1	2
Experimental	2	0	0	1	0	0	0	0	3
Experimental/Quantitativo	3	2	1	0	0	0	0	0	6
Logica Fuzzy	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Misto Quali e Quanti	2	2	0	1	0	0	0	0	5
Qualitativo	1	0	2	0	1	0	0	0	4
Quantitativo	54	30	0	3	4	3	0	0	94
TOTAL	82	48	11	5	9	3	3	3	164

Elaborada pelos autores

Relações Entre Campo De Estudo, Escalas E Natureza Da Investigação

A apresentação dos dados abaixo está organizada por campo de estudo, relacionando-os com as variáveis investigadas nos documentos, os instrumentos de medida de IESP e natureza dos estudos.

Psicologia

A Psicologia é a área com maior número de publicações (82 documentos). Os primeiros artigos concentram-se em discutir se a IESP é ou não um tipo de inteligência (Edwards, 2003; Emmons, 2000b; Gardner, 2000; Halama & Strizenec, 2004; Mayer, 2000; Vaughan, 2002).

As investigações quantitativas predominam com 66% dos trabalhos publicados. Os estudos relacionam IESP com saúde mental, resiliência, traços de personalidade, qualidade e satisfação na vida, atitude de risco, comportamento agressivo, stress, ansiedade e depressão, felicidade, satisfação no casamento, comportamento ético, orientação religiosa, criatividade e motivação. Os públicos respondentes mais frequentes são estudantes, adolescentes, mulheres e idosos. A escala SISRI é a mais utilizada (31 documentos), sendo 29 destes estudos quantitativos. A segunda escala mais aplicada é a ISIS (7 artigos), sendo seis de natureza quantitativa.

Independente da corrente teórica ou do instrumento utilizado, os resultados estatísticos indicaram que existe relação significativa entre a presença de IESP e comportamentos psicológicos positivos ou de superação de dificuldades, bem como

relação negativa entre IESP e comportamentos psicológicos desfavoráveis. Nestes artigos há a indicação que as habilidades da IESP podem ser os preditores ou influenciadores de estados de comportamentos de bem-estar psicológico geral e qualidade de vida, auxiliando na superação de situações stressantes ou difíceis.

Organizacional

A área organizacional é a segunda em volume de pesquisa (48 documentos). 62,5% dos trabalhos são de natureza quantitativa. A utilização da escala SISRI está presente em 14 artigos. Os construtos IESP e inteligência emocional são elencados em conjunto 11 vezes, sendo que somente em dois artigos são verificadas a relação de influência entre eles (Kaur, Sambasivan, & Kumar, 2013, 2015).

Prevalecem estudos relacionando IESP com o comportamento cuidador de enfermeiros, performance e produtividade organizacional. Destintamente da psicologia, os resultados estatísticos investigados são diferentes de documento a documento, não sendo possível estabelecer um padrão de respostas para a área organizacional.

Na abordagem teórica (13 no total), os preceitos de Zohar e Marshall (2000) constituem a base da argumentação científica. Os temas discorrem sobre espiritualidade no trabalho, implicações para o RH e comprometimento do trabalhador. A Lógica *Fuzzy*, é desenvolvida em um trabalho (Yazdi, 2015).

Liderança

Com 6,7% do total dos documentos publicados (11), imperam trabalhos teóricos em oito deles. As discussões centram-se em dois aspetos: programas e/ou formação para desenvolvimento de líderes e competências de liderança. A releitura dos conceitos de Zohar e Marshall (2000) são os mais empregados.

Educação

A Educação representa 5,5% dos documentos publicados (nove). Prevalecem estudos sobre a importância de o professor desenvolver habilidades de inteligência emocional e espiritual para melhorar o processo educativo. Esta área é a que menos

apresenta o tema nas perspectivas científicas usuais. Um terço dos trabalhos apenas cita a teoria da IESP sem apresentar argumentos teóricos, predominando as opiniões pessoais e aspectos filosóficos sobre religiosidade e valores.

Empreendedorismo

O tema está em 3% dos estudos (5 trabalhos), sendo três de natureza quantitativa. As variáveis relacionadas com a IESP são: organizações empreendedoras, empreendedorismo social, autoeficácia e paixão por empreender - aferidos por SISRI. Os resultados estatísticos indicam que a IESP tem relação significativa positiva entre estas variáveis e o empreendedorismo. Os outros dois artigos, de natureza experimental quantitativa, exploram a relação com altruísmo e intuição (Gillin & Moignard, 2006) e tomada de decisão e intuição (Pira & Gillin, 2006).

Saúde

Com três documentos, todos quantitativos, exploram a conexão entre IESP e sintomas físicos pré-menstruais e saúde da população. Com utilização de três escalas diferentes, os resultados estatísticos confirmam uma relação positiva entre a IESP e um bom estado geral de saúde (Kaheni, Heidar-Fard, & Nasiri, 2013, Moafi, Gianbagheri & Beliad, 2016, Saad & Hatta, 2010).

Sustentabilidade

O tema é abordado em três artigos teóricos que ressaltam a importância de promover ações para desenvolver a IESP nas pessoas e nas empresas, com a probabilidade de aumentar a consciência sustentável e o respeito por assuntos ambientais (Azevedo & Jugdev, 2013, Collins, 2010, Stead & Stead, 2014).

Outros

Esta categoria reúne assuntos abordados pelas lentes da IESP que não se enquadravam nas demais áreas. Com três documentos, dois versam os conceitos de

IESP e inteligência emocional aplicados à religião islâmica (Abdullah, 2017; Hanefar, Sa'ari & Siraj, 2016); e um aborda a IESP dos indígenas (Doetzel, 2018).

Mapa das Escalas de Inteligência Espiritual

Os documentos apresentaram 13 diferentes escalas para medir IESP, quatro validações e um novo inquérito desenvolvido. As escalas validadas foram o ISIS e SISRI.

O instrumento ISIS foi validado para o português europeu pelos autores Jorge, Esgalhado & Pereira (2016). O questionário SISRI foi validado para Portugal, Hong Kong e China por Antunes, Silva & Oliveira (2018), Chan & Siu (2016) e Feng, Xiong, & Li, (2017), respetivamente.

Os autores árabes (Albursan, Mohammad, & Bakhiet, 2016) construíram um instrumento de avaliação de IESP que abrangesse os aspetos religiosos do seu país, porque acreditam que a IESP é a expressão das práticas e crenças religiosas de uma cultura.

Em cinco documentos (Devi, Rajesh, & Devi, 2017; Hanefar, Sa'ari, & Siraj, 2016; Mahanggoro, Soemarno, Widjajanto, & Prawoto, 2016; Ranjbarian, Safari, Karbalaei, & Jamshidi, 2014; Upadhyay, 2017) não há a indicação de qual instrumento de medida foi utilizado para aferir IESP. Apesar dos autores informarem que o trabalho envolve análise estatística e utilização de escala, não indicam no corpo do texto quais delas foram utilizadas.

Além destas validações e apresentações de novas escalas, os instrumentos de medida foram utilizados 89 vezes. Prevalece a utilização do SISRI (construído sem a visão religiosa). Os artigos com inspiração islâmica estão presentes em 18 documentos (19,5%). As escalas são apresentadas por sua relação existencial intrínseco ou com conteúdo religioso e a frequência de utilização nos documentos pesquisados, descrevendo os fatores que a compõem.

Escalas com referência existencialista ou intrínseca

a) SISRI - *Intelligence Self-Report Inventory* – 49 documentos

O SISRI foi desenvolvido por King e Decicco (2009) no Canadá. Entende a IESP como uma capacidade mental integrativa e reflexiva para encontrar sentido e propósito na vida. Está organizado em quatro fatores: *Critical Existencial Thinking*,

Personal Meaning Production, Transcendental Awareness, Conscious State Expansion.

Esta escala SISRI foi a mais aplicada (49 vezes), estando presente em 29,9% dos estudos analisados. Se considerarmos apenas os trabalhos quantitativos, este instrumento foi utilizado em 52,1% das investigações.

b) Escala de Inteligência Espiritual – 1 documento

Desenvolvido por Ashmos e Duchon (2000), o instrumento apresenta três fatores (*inner life, meaningful work and Community*), predomina a ideia de que IESP é uma expressão da vida em comunidade (Martin e Hafer, 2009).

c) Spiritual Sensitivity Scale – 1 documento

Aplicado no artigo de Babanazari, Askari, e Honarmand (2012), este instrumento faz parte da escala MIPQ – *Multi Intelligence Profile Questionnaire*, de Trri & Komulainen (2002), que mede inteligências múltiplas. Possui quatro dimensões: *Awareness sensing, Mystery sensing, value sensing, Community sensing.*

d) Estimativa das Múltiplas Inteligências -1 documento

Baseada no trabalho de Gardner (1983), cujo foco não é apenas a SI, esta escala mede dez tipos de Inteligência: verbal, matemática, espacial, musical, cinestésica, interpessoal, intrapessoal, existencial, espiritual e natural (Neto e Furnham, 2011).

e) LIQ - Self-reported Leadership Intelligence Questionnaire – 1 documentos

Esta escala, com 71 itens, mensura a inteligência dos líderes nos aspectos racionais, emocionais e espirituais. Elaborado por Ronthy (2006), acredita que a boa liderança esta alicerçada no equilíbrio entre os três tipos de inteligência (Ekegren & Dåderman, 2015). Não existe ênfase no tema da IESP.

F) Zohar Questionário – 4 documentos

Zohar e Marshall (2000) não propõem escala objetiva para medir a IESP. Os autores propuseram um questionário, com perguntas abertas, como convite para a autorreflexão e para o autoconhecimento. Somente um trabalho refere ter usado o questionário apropriadamente, ou seja, apenas como referência para montar um instrumento de IESP na lógica computacional (Yazdi, 2015). Outros três artigos (Animasahun, 2009; Priyono, 2015; Wahyuningsih & Suryadi, 2018) relatam ter aplicado a 'escala objetiva' de Zohar e Marshall (2000) sem explicitar as dimensões ou referências.

Escalas com referência ao pensamento religioso (sem confissão religiosa)

g) PSI – *Psycho-Matriz Spirituality Inventory* – 3 documentos

Desenvolvida por Wolman (2001), esta escala está desenvolvida em sete fatores (*divinity, mindfulness, extrasensory perception, community, intellectuality, trauma, and childhood spirituality*). Os preceitos estão alicerçados no conceito de que a IESP é uma capacidade humana de buscar significado na vida através da conexão com o outro. Apesar de conter aspectos religiosos subjacentes, o instrumento tenciona aferir a IESP sem ideologias religiosas (Yang & Mao, 2006).

h) ISIS - *Integrated Spiritual Intelligence Scale* – 10 documentos

Desenvolvida por Amram e Dryer (2008), esta escala conta com cinco fatores: *Consciousness, Grace, Meaning, Transcendence and Truth*, em duas versões, uma longa (83 itens) e uma curta (40 itens). Suas bases conceituais têm um sentido ecumênico, ou seja, acredita que a religiosidade faz parte da natureza humana. Porém, não está restrita a nenhum tipo de crença ou prática religiosa. O conceito de IESP está relacionado com a utilização de recursos espirituais e valores pessoais para o bem-estar diário (Amram & Dryer, 2008).

Escala com Referência a uma Confissão Religiosa

Cristão:

i) MyskillsProfile.com - *Spiritual Quotient Questionnaire* – 1 documento

Desenvolvida por Mary Smith em 2005, esta escala encontra-se disponível *on-line*. Baseia-se nos estudos da Psicologia da Religião. Alicerça-se em experiências de fé e valores espirituais. Está organizada em dez dimensões: experiências (religiosas), *coping* (tomada de decisão na fé), propósito, local de culto, viver (com fé), centralidade (equilíbrio entre os valores religiosos), práticas (religiosas), oração e tolerância.

Islâmica:

j) Nasser's *spiritual intelligence* – 2 documentos

Esta escala foi desenvolvida por Nasser (2007) no Iran. O autor defende que as práticas e crenças da religião islâmica são expressão da IESP. O instrumento está organizado em quatro dimensões (97 itens) – *Spiritual experience, Patience, Forgiveness, Transcendental self-awareness* (Akbarizadeh, Jahanpour, & Hajivandi, 2013; Fateme Moafi, Gianbagheri, & Beliad, 2016).

k) SI by Abdullahzadeh et al. – 7 documentos

Com grande influência religiosa islâmica, os autores que desenvolveram esta ferramenta reiteram que IESP tem estreita relação com a religião. Está organizado em dois fatores: *understanding and communication with the source of existence* (12 itens) e *Spiritual life or reliance on the inner core* (17 itens).

l) SI by Ghobari – 2 documentos

Utilizada por Motaghedi e Amraie (2014) e Nematzadeh (2013), Ghobari não está relacionado nas referências bibliográficas destes documentos. Os artigos destes autores tem pouco desenvolvimento teórico. A explicação das dimensões do inquérito são semelhantes com a escala descrita por Abdollahzadeh et al. (2009) deixando confuso ao leitor saber de que se trata.

m) SI by Ali Badi' et al – 6 documentos

Contempla na sua teoria uma estreita relação com a fé islâmica. É defendido que a IESP é uma habilidade para entender e tratar de assuntos religiosos (Saeedi, Yekta & Masoudi, 2014). Está organizada em 42 questões, dividida em 4 fatores: *general and faith thinking, facing and solving problems, paying attention to ethics and self-examination, eagerness for spiritual intelligence*.

Religião e inteligência espiritual

No desenvolvimento da IESP, a inclusão e exclusão do ponto de vista religioso dividem opiniões, configurando três posições distintas: sem vinculação a religião (visão existencial e original intrínseca); vinculação a temas religiosos sem relação com uma confissão religiosa específica e a conexão com uma prática religiosa bem definida.

Aqueles que discutem o assunto pela perspectiva 'existencial' ou 'original intrínseca' (Krishnakumar & Neck, 2002) defendem que a religião restringe o desenvolvimento deste conceito. Isto porque esta abordagem exclui as pessoas que não estão ligadas a nenhuma confissão religiosa ou filosofia espiritual, contradizendo o pressuposto básico de que a IESP é uma característica presente em todo o ser humano, independentemente de suas crenças pessoais. Para estes, a inclusão da visão religiosa no estudo da IESP pode levar a um sentimento de segregação e separação entre os indivíduos, criando dentro das empresas, por exemplo, situações disfuncionais, discriminatórias e ofensivas (Mitroff & Denton, 1999).

Autores como Wolman (2001) e Emmons (2000a, 2000b) defendem que existe relação entre religião e IESP. Eles apregoam que a dimensão espiritual é expressa pelas crenças religiosas, pelo exercício da fé e sentimentos de gratidão, compaixão, perdão e atitudes de ajuda ao outro, independente da religião que cada indivíduo pertença e/ou acredite. Para eles a IESP será sempre expressa através da dimensão religiosa, seja ela qual for (Emmons, 2000a; Hyde, 2004).

Outros autores argumentam que a IESP é sinónimo de fé e prática religiosa numa religião específica. Os documentos produzidos no Iran e Malásia pregam esta conexão. Nestas culturas prevalece o entendimento de que a IESP reflete o comportamento de fé, baseado nos preceitos islâmicos (Saeedi, Yekta & Masoudi, 2014). Isto fica evidenciado, nesses países, pelo número de investigações com escalas de aferição da IESP, que incluem nas suas dimensões o exercício religioso diário, frequência de orações, níveis de fé e o autoexame de consciência (Keramati, Ebrahimi, Bameri, & Basirinezhad, 2019; Motaghedi & Amraie, 2014).

Os artigos estudados mostram uma tendência dos países de cultura ocidental em abordar a IESP pela perspectiva existencial e/ou original intrínseca. Da mesma forma, a Ásia apresenta uma inclinação em discutir o assunto pela visão religiosa. Este aspecto interpretativo da IESP é percebido na forma como cada autor estabelece os conceitos que envolvem espiritualidade e religião. Estas abordagens podem estar a indicar que o contexto e a cultura influenciam a maneira de ver, interpretar e medir a IESP. Nos países em que predominam a cultura religiosa islâmica, por exemplo, a inteligência espiritual é sinónimo de religiosidade. (Ahoei, Faramarzi, & Hassanzadeh, 2017; Hanefar et al., 2016).

As escalas utilizadas mensuram o comportamento religioso através das obrigações dos fiéis, estabelecidas pela doutrina muçumana. Nos países ocidentais a IESP tende a ser vista como uma ferramenta para alcançar qualidade de vida e bem-estar. É importante ter atenção ao ler os documentos sobre inteligência espiritual, para identificar em qual base cultural ela está sendo investigada. Isto porque as perspectivas são diversas e, por vezes, contraditórias, a depender da interpretação sobre o que é espiritualidade e qual sua relação com a religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da IESP pelo caminho científico é desafiador. Em virtude da sua natureza subjetiva são encontrados artigos que associam as crenças e valores pessoais dos autores nas argumentações teóricas sobre o assunto. Nos documentos pesquisados predominam os estudos desenvolvidos em países islâmicos. Sendo assim, prevalece o ponto de vista de um único contexto cultural. Por conseguinte, é relevante ampliar o número de pesquisas que contemplem outras culturas, para que se acrescentasse valor à discussão na interpretação teórica e instrumental dado à ferramenta para o desenvolvimento do tema.

Embora sobressaia a referência aos autores sem forte identificação com a visão religiosa, Zohar & Marshall (2000), e King & Decicco, (2009), as relações entre religião e IESP estão associadas nas discussões dos trabalhos. Existe também pouca clareza sobre a diferença entre espiritualidade, IESP e espiritualidade no trabalho, principalmente entre aqueles que exploram estes conceitos em áreas diferentes da Psicologia.

Apesar disto, as investigações com o construto da IESP apresentam relações promissoras quando aferidos na relação de influência em comportamentos e atitudes positivos, seja no trabalho, na vida pessoal, na superação de adversidades, na educação ou na saúde geral. Estes resultados inspiram os investigadores a procurarem outras conexões em conjunturas e áreas ainda não exploradas, abrindo novas possibilidades para trabalhos futuros.

Este estudo teve por objetivo construir um mapa geral das publicações científicas sobre a IESP: Por esta razão os artigos não foram avaliados quanto a qualidade de seus argumentos, adequada utilização de metodologia de pesquisa ou consistência e impacto dos seus resultados. A utilização de uma única base de dados (*Scopus*) também pode ser um limitador deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Ahoei, K., Faramarzi, M., & Hassanzadeh, R. (2017). The Relationship Between Spiritual Intelligence and Psychological Well-Being in Women with Breast Cancer. *Shiraz E-Medical Journal*, 18(10), 4–9. <https://doi.org/10.5812/semj.15103.Research>

- Akbarizadeh, F., Jahanpour, F., & Hajivandi, A. (2013). The Relationship of General Health, Hardiness and Spiritual Intelligence Relationship in Iranian Nurses. *Iran J Psychiatry*, 8(4), 165–167.
- Albursan, I. S., Mohammad, F. A., & Bakhiet, S. F. (2016). Religious Orientation and Its Relationship With Spiritual Intelligence. *SOCIAL BEHAVIOR AND PERSONALITY*, 44(8), 1281–1295.
- Amram, Y., & Dryer, C. (2008). The Integrated Spiritual Intelligence Scale (ISIS): Development and preliminary validation. In *116th Annual Conference of the American Psychological Association, Boston, MA* (pp. 1–17).
- Animasahun, R. A. (2009). Psychodemographic Predictors of School Attendance Behaviour among Secondary School Students in Osun State, Nigeria. *The Social Sciences*, 4(6), 662–672.
- Anwar, A., & Osman-gani, A. M. (2015). The Effects of Spiritual Intelligence and its Dimensions on Organizational Citizenship Behaviour. *Journal of Industrial Engineering and Management*, 8(4), 1162–1178.
- Ashmos, D. P., & Duchon, D. (2000). Spirituality at work A Conceptualization and Measure. *Journal of Management Inquiry*, 9(2), 134–145.
- Babanazari, L., Askari, P., & Honarmand, M. M. (2012). Spiritual Intelligence and Happiness for Adolescents in High School. *Life Science Journal*, 9(3), 2–5.
- Bolghan-Abadi, M., Ghofrani, F., & Abde-Khodaei, M. S. (2014). Study of the Spiritual Intelligence Role in Predicting University Students' Quality of Life. *Journal of Religion and Health*, 53, 79–85. <https://doi.org/10.1007/s10943-012-9602-0>
- Darvishzadeh, K., & Bozorgi, Z. D. (2016). The Relationship between Resilience, Psychological Hardiness, Spiritual Intelligence and Development of the Moral Judgement of the Female Students. *Asian Social Science*, 12(3), 170–176. <https://doi.org/10.5539/ass.v12n3p170>
- Devi, R. K., Rajesh, N. V, & Devi, M. A. (2017). Study of Spiritual Intelligence and Adjustment Among Arts and Science College Students. *Journal of Religion and Health*, 56(3), 828–838. <https://doi.org/10.1007/s10943-016-0225-8>
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, 32(3), 227. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>
- Edwards, A. C. (2003). COMMENTARY: Response to the Spiritual Intelligence Debate: Are Some Conceptual Distinctions Needed Here? *The International Journal for the Psychology of Religion*, 13(1), 49–52. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1301>
- Ekegren, M., & Dåderman, A. M. (2015). Leadership Intelligence Before and After Participation in UGL Leadership Training. *International Journal of Transpersonal Studies*, 34(1–2), 23–33.

- Emmons, R. A. (2000a). Is Spirituality an Intelligence ? Motivation , Cognition , and the Psychology of Ultimate Concern. *The International Journal for the Psychology of Religion*, 8619(April), 3–26. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>
- Emmons, R. A. (2000b). Spirituality and Intelligence : Problems and Prospects. *The International Journal for the Psychology of Religion*, 10(1), 57–64. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>
- Faribors, B., Fatemeh, A., & Hamidreza, H. (2010). The relationship between nurses' spiritual intelligence and happiness in Iran. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 5, 1556–1561. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.07.325>
- Feng, M., Xiong, X., & Li, J. (2017). Spiritual Intelligence Scale – Chinese Form: Construction and Initial Validation. *Current Psychology*, 1–10. <https://doi.org/10.1007/s12144-017-9678-5>
- Gardner, H. (2000). A Case Against Spiritual Intelligence. *The International Journal for the Psychology of Religion*, 10(1), 27–34. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>
- Halama, P., & Strizenec, M. (2004). Spiritual , existential or both? Theoretical considerations on the nature of “higher” intelligences. *Studia*, 46(3), 239–253.
- Hanefar, S. B., Sa'ari, C. Z., & Siraj, S. (2016). A Synthesis of Spiritual Intelligence Themes from Islamic. *Journal of Religion and Health*, 55(6), 2069–2085. <https://doi.org/10.1007/s10943-016-0226-7>
- Hyde, B. (2004). The plausibility of spiritual intelligence: spiritual experience, problem solving and neural sites. *International Journal of Children's Spirituality*, 9(1), 39–52. <https://doi.org/10.1080/1364436042000200816>
- Igarashi, W., Igarashi, D. C. C., & Borges, B. J. (2015). Revisão Sistemática E Sua Potencial Contribuição Em “Negócios, Gerenciamento E Contabilidade.” *Gestão & Regionalidade*, 31(91), 1–15. <https://doi.org/10.13037/gr.vol31n91.2887>
- Kadkhoda, M., Mirsanei, S. A., & Jahani, H. (2013). A Teamwork communication model based on spiritual intelligence by fuzzy logic. In *13th Iranian Conference on Fuzzy Systems (IFSC) A*.
- Karakas, F. (2010). Spirituality and Performance in Organizations : A Literature Review. *Journal of Business Ethics*, 89–106. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0251-5>
- Kauanui, S. K., Thomas, K. D., Sherman, C. L., Waters, G. R., & Gilea, M. (2008). Exploring Entrepreneurship through the Lens of Spirituality. *Journal of Management, Spirituality & Religion*, 5(2), 160–189. <https://doi.org/10.1080/14766080809518698>
- Kaur, D., Sambasivan, M., & Kumar, N. (2013). Effect of spiritual intelligence , emotional intelligence , psychological ownership and burnout on caring behaviour

- of nurses : a cross-sectional study. *Journal of Clinical Nursing*, 22, 3192–3202. <https://doi.org/10.1111/jocn.12386>
- Kaur, D., Sambasivan, M., & Kumar, N. (2015). Impact of emotional intelligence and spiritual intelligence on the caring behavior of nurses: A dimension-level exploratory study among public hospitals in Malaysia. *Applied Nursing Research*, 28(4), 293–298. <https://doi.org/10.1016/j.apnr.2015.01.006>
- Kaur, R., & Bashir, H. (2016). Social adjustment and self-regulation of adolescents: Influence of spiritual intelligence. *Man In India*, 96(9), 3169–3178.
- Keramati, M., Ebrahimi, H., Bameri, A., & Basirinezhad, M. H. (2019). The Relationship between Spiritual Intelligence and Job Performance among Clinical Nurses. *Library Philosophy and Practice, (e-journal)*(2600).
- King, D. B., & Decicco, T. L. (2009). A Viable Model and Self-Report Measure of Spiritual Intelligence. *Internanational Journal of Transpersonal Studies*, 28(1), 68–85.
- King, D. B., Mara, C. A., & Decicco, T. L. (2012). Connecting the Spiritual and Emotional Intelligences: Confirming an Intelligence Criterion and Assessing the Role of Empathy. *Internanational Journal of Transpersonal Studies*, 31(1), 11–20.
- Krishnakumar, S., & Neck, C. P. (2002). The “What”, “Why”, and “How” of spirituality in the workplace. *Journal of Managerial Psychology*, 17(3), 153–164. <https://doi.org/10.1108/02683940210423060>
- Mahanggoro, T. P., Soemarno, Widjajanto, E., & Prawoto, P. (2016). Employee Attitude Formation of Healthy Living Plant With Emotional Intelligence and Spiritual Intelligence Approaches. *International Journal of PharmTech Research*, 9(6), 257–260.
- Mahmood, A., Arshad, M. A., & Ahmed, A. (2018). Spiritual intelligence research within human resource development: a thematic review. *Management Research Review*, 41(8), 987–1006. <https://doi.org/10.1108/MRR-03-2017-0073>
- Mayer, J. D. (2000). Spiritual Intelligence or Spiritual Consciousness? *The International Journal for the Psychology of Religion*, 10(1), 47–56. <https://doi.org/10.1207/S15327582IJPR1001>
- Mcghee, P., & Grant, P. (2017). The transcendent influence of spirituality on ethical action in organizations. *Journal of Management, Spirituality & Religion*, 6086(June), 1–19. <https://doi.org/10.1080/14766086.2016.1268539>
- Milliman, J., Czaplewski, A. J., & Ferguson, J. (2003). Workplace spirituality and employee work attitudes An exploratory empirical assessment. *Journal of Organizational Change Management*, 16(4), 426–447. <https://doi.org/10.1108/09534810310484172>
- Mitroff, I. I., & Denton, E. a. (1999). A study of spirituality in the workplace. *Sloan*

Management Review, 40(4), 83–92.

- Moafi, Farnoosh, Momeni, M., Tayeba, M., Rahini, S., & Hajnasiri, H. (2018). Spiritual Intelligence and Post-abortion Depression: A Coping Strategy. *Journal of Religion and Health*. <https://doi.org/10.1007/s10943-018-0705-0>
- Moafi, Fateme, Gianbagheri, M., & Beliad, M. R. (2016). Is Spiritual Intelligence in Women Can Predict Psychological and Physical Symptoms of Premenstrual syndrome? *International Journal of Tropical Medicine*, 11(3), 55–60.
- Motaghedi, S., & Amraie, A. (2014). The Relation of Spiritual Intelligence and Emotional Intelligence with Personality Traits. *Life Science Journal*, 11(9), 24–31.
- Porter, T. H., & Mitchell, M. C. (2016). Spiritual institutional entrepreneurs: An introduction and examination. *Journal of Management, Spirituality and Religion*, 13(1), 50–63. <https://doi.org/10.1080/14766086.2015.1060514>
- Priyono. (2015). Effect of intellectual intelligence, emotional intelligence and spiritual intelligence to performance civil servants Language Center eastjava. *International Journal of Applied Business and Economic Research*, 13(9), 7067–7079.
- Ranjbarian, B., Safari, A., Karbalaei, R., & Jamshidi, M. (2014). An Analysis of the Consumer's Spiritual Intelligence on its Post-Purchase Cognitive Dissonance and Satisfaction: Consumers of home Appliances in Naein City as a Case Study. *Advances in Environmental Biology*, 8(17), 984–990.
- Rego, A., & Cunha, M. P. (2010). Workplace spirituality and organizational commitment: an empirical study. *Journal of Organizational Change Management*, 21(1), 53–75.
- Sampaio, R., & Mancini, M. C. (2007). Estudos De Revisão Sistemática: Um Guia para Síntese criteriosa da Evidência Científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83–89.
- Siswanti, D., Khairuddin, R., & Halim, F. (2018). The Effect of Spiritual Intelligence , Emotion and Social Competence to the Leadership Competence T. In *Journal of Physics* (pp. 1–6). <https://doi.org/10.1088/1742-6596/1028/1/012193>
- Sultoni, A. H., Setiawan, M., Aisjah, S., & Rofiaty. (2017). The Effect of Leadership Styles on Workplace Spirituality, Teamwork and Project Performance. *International Journal of Applied Business and Economic Research*, 15(5), 117–130.
- Upadhyay, S. (2017). Can Spiritual Intelligence Influence Research Performance in Higher Education? Framework for Human Resource Development in Higher Education. *Administratie Si Management Public*, 28, 153–173.
- Upadhyay, S., & Upadhyay, N. (2018). Fuzzy Multi-Criteria for Measuring Spiritual Intelligence in a Data Driven Organization. *Procedia Computer Science*, 139, 204–211. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2018.10.251>

- Vaughan, F. (2002). What Is Spiritual Intelligence? *Journal of Humanistic Psychology*, 42(2), 16–33.
- Vivek, S., & Amrith, V. (2017). Spirituality and Productivity - A Relationship Perspective. *PURSHARTHA*, X(1).
- Yang, K., & Mao, X. (2006). A study of nurses' spiritual intelligence: A cross-sectional questionnaire survey. *International Journal of Nursing Studies*, 44, 999–1010. <https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2006.03.004>
- Yazdi, M. R. (2015). Quantitative assessment of spiritual capital in changing organizations by principal component analysis and fuzzy clustering. *Journal of Organizational Change Management*, 8(3), 469–485.
- Zohar, D., & Marshall, I. (2000). *QS Inteligência Espiritual*. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record.

Atualmente, a Inteligência Espiritual é entendida como uma capacidade humana de dar sentido à vida e perceber a realidade em uma perspectiva mais profunda, com a predisposição de conectar-se com o divino e o sagrado,



Capítulo 5
**FAKE NEWS: O AVANÇO DO CIBERESPAÇO E SUA
CONSEQUÊNCIAS**

Rodrigo Magno dos Santos Vale
José Cláudio Rocha



FAKE NEWS: O AVANÇO DO CIBERESPAÇO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Rodrigo Magno dos Santos Vale

Professor, Especialista em Neurociência da Aprendizagem, Graduado em Pedagogia pela UNINASSAU, pesquisador do Centro de Referências em Desenvolvimento e Humanidades- CRDH/UNEB, rodrigo.magno17@gmail.com;

José Cláudio Rocha

Advogado, economista e professor titular da Universidade do Estado da Bahia. É professor da graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), pesquisador e Diretor do Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades da Universidade do Estado da Bahia e Instituto de Tecnologia Social.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios da viabilidade da criminalização da divulgação de *Fake News*, que tem demonstrado a capacidade de produzir danos ou ameaça de danos a bens jurídicos, mormente se levado em consideração seu caráter fraudulento e danoso. Por meio da demonstração das particularidades do ambiente em que estas propagam-se, qual seja, o Ciberespaço, assim como, realizar a devida ponderação entre a criminalização e o direito à liberdade de expressão, por fim, destina-se a verificar se a atual solução jurídica para a responsabilização das *Fake News*, nos crimes contra honra, representa suficiente reparação às vítimas. O presente estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, onde foi possível verificar o direito à liberdade de expressão representa um pilar de sustentação da democracia brasileira, que diversos projetos de lei tiveram por objeto a criminalização da conduta em análise, como também, atualmente, existe um projeto de lei aprovado no senado com o mesmo objeto, porém, que não promove a devida proteção ao particular. Conclui-se que a possível criminalização representa um risco à liberdade de expressão, diante da possibilidade de ser manuseada para gerar censura, desta forma, entende-se mais adequada à criação de uma nova qualificadora, nos crimes contra a honra, que contemplem o caráter particular das *Fake News*.

Palavras-chave: Ciberespaço. Criminalização. Fake News.

Abstract: The present work aims to analyze the challenges of the feasibility of criminalizing the disclosure of Fake News, which has demonstrated the capacity to produce damage or the threat of damage to legal assets, especially if its fraudulent and harmful character is taken into account. By demonstrating the particularities of the environment in which they propagate, that is, cyberspace, as well as carrying out the appropriate consideration between criminalization and the right to freedom of

expression, finally, it is intended to verify whether the current legal solution for making Fake News accountable for crimes against honor represents sufficient reparation to the victims. The present study was developed through a bibliographic review, where it was possible to verify the right to freedom of expression represents a pillar of support for Brazilian democracy, which several bills had as their object the criminalization of the conduct under analysis, as well as, currently, there is a bill approved in the senate with the same object, however, which does not promote due protection for the private individual. It is concluded that the possible criminalization represents a risk to freedom of expression, given the possibility of being handled to generate censorship, in this way, it is considered more appropriate to the creation of a new qualifier, in crimes against honor, which contemplate the character particular from Fake News.

Keywords: Cyberspace. Criminalization. Fake News.

INTRODUÇÃO

Dentre os vários desafios que se apresentam para a sociedade contemporânea, certamente um dos mais difíceis de serem consumados é a expansão do Estado de direito para o não-lugar do ciberespaço (LEMOS, 2010). Apesar de tentativas recentes como o Marco Civil da Internet empreenderem a empresa de regulação desse ambiente virtual, é certo que o referido diploma legal não é capaz de abranger a totalidade e diversidade de relações e fenômenos ocorrentes nesse meio.

Sobretudo pela velocidade das transformações e as múltiplas camadas de acesso existentes no ciberespaço, seja a nível da *Surface Web* (Parte da Internet que está disponível para todos os usuários), da *Deep Web* (Conteúdos que estão indexados e não podem ser encontrados nos navegadores de buscas que conhecemos) ou da *Dark Web* (Todos os conteúdos ruins e ilegais da deep web).

O desafio mais recente a constar na agenda política e jurídica do país é o debate em torno da viabilidade de criminalização do fenômeno das *Fake News*, que tem demonstrado a capacidade de produzir danos ou ameaça de danos a bens jurídicos, mormente se levado em consideração seu caráter fraudulento e danoso, bem como sua instantânea e fugaz difusão entre os indivíduos, podendo chegar a proporções inimagináveis.

Além disso, o fenômeno das *Fake News* apresenta sérios riscos à estabilidade do sistema político eleitoral, base do Estado Democrático de Direito. Estudar A criminalização das condutas relacionadas com o fenômeno das fake News é legitimado por três razões de força cogente, primeiramente, tem-se que o fenômeno das *Fake News* é e pode representar ameaça real e comprometer a manutenção do

sistema eleitoral e político, a partir da investigação da capacidade da *fake news* de gerar danos à imagem de pessoas, instituições e agentes públicos, bem como distorções à percepção da opinião pública, com resultados lesivos ao direito de informar e ser informado.

Em adição a esse fator, tem-se que cada vez mais a força dos fatos vêm produzindo fricções no mundo jurídico em busca de um posicionamento sobre as práticas atinentes às *Fake News* e como o Direito pode atuar para mitigar ou reparar os danos provocados. Por fim, a criminalização de condutas afetas ao fenômeno das *Fake News*, necessariamente, precisa passar por um sopesamento com os demais princípios relacionados à liberdade de expressão.

Diante disso, o presente trabalho possui como objetivo questionar se a aplicação dos crimes contra a honra nas práticas que envolvem a divulgação de *Fake News* contra as vítimas individuais é suficiente e bastante para uma justa penalização dos agressores, por meio da análise dos fatores idiossincráticos do ciberespaço e o processo que dotou de relevância o uso das *Fake News* como técnica de manipulação social que visa efeitos políticos.

Assim como se um uma tipificação específica vindoura, tendo em vista o Projeto de Lei nº 2630, de 2020, das condutas atreladas às *Fake News* pode incidir em mera lei penal simbólica, visto que uma das principais dificuldades e desafios do ciberespaço está na identificação do agente ativo, por fim o trabalho visa sopesar o princípio da liberdade de expressão e seus direitos satélites com o princípio da dignidade humana em contexto de *Fake News*.

Em termos de método, será feito uso majoritário de pesquisa bibliográfica, compulsando-se fontes da doutrina jurídica, artigos científicos, revistas especializadas, monografias, dissertações, teses e livros. Para se fazer a análise de colisão de princípios constitucionais, recorrer-se-á ao método de sopesamento proposto por Alexy (2006), que parte do entendimento de possibilidade de relativização de todo e qualquer direito, havendo inclusive a possibilidade de restrições aos direitos fundamentais a partir do contexto fático de colisão de princípios, isto é, quando ao se olhar para o fato concreto se percebe a coexistência antitética de princípios de direitos fundamentais, concorrendo entre si e periclitando diferentes bens jurídicos.

Como mecanismo de resolução desse conflito, Alexy (2006) apresenta a técnica do sopesamento, que consiste basicamente em dimensionar os direitos

fundamentais em oponibilidade a partir do fato, de maneira a perceber qual bem jurídico fundamental encontra-se em risco.

A Formação do ciberespaço como espaço política

Se o moinho de água foi o aparato tecnológico decisivo para a conformação da sociedade feudal (LE GOFF, 2016), assim como a prensa móvel de Gutenberg foi para o surgimento da modernidade, tal qual o motor a carvão foi para revolução industrial, o momento presente indica que as tecnologias da informação são as infraestruturas responsáveis pelas mudanças no modo de produzir, divulgar, consumir e interagir com a informação, com especial destaque para a internet, que nas palavras de Castells (2003) perfaz “o tecido de nossas vidas”.

Neste ínterim, Burke (2003) e Castells (1999) consolidaram o entendimento de que o período contemporâneo tem como característica distintiva o fato de a informação constituir o cerne do sistema de produção e circulação de bens e serviços, em verdade, o próprio sistema monetário internacional está convergindo para ser apenas uma unidade de conta e informação digital.

Castells (1999) antevê que a sociedade da informação consiste não apenas na alta capacidade de produção e centralização de conhecimentos e informações:

[...], mas na aplicação desses conhecimentos e dessas informações para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (...) Assim, computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana. (...) Os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, mas esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua. (Ibid., 1999, p. 163).

O desenvolvimento da internet, a expansão e barateamento da rede de banda larga, a popularização dos smartphones e a crescente socialização por meio de redes sociais digitais fez emergir e consolidar um novo espaço público, designado como ciberespaço.

Oliveira e Oliveira (2018). Lemos (2010) cria a concepção de não-lugar que se

trata de uma nova dimensão espaço- temporal de comunicação e informação planetária, que não é físico ou territorial, uma vez que é constituído pela rede mundial de computadores. Nas palavras do autor:

[...], mas na aplicação desses conhecimentos e dessas informações para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (...) Assim, computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana. (...) Os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, mas esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua. (Ibid., 1999, p. 163).

Antes de tecer considerações sobre as possibilidades de mudanças de paradigmas no que tange às formas de articulação política e de movimentos sociais advindas com o desenvolvimento do ciberespaço, é importante fazer uma breve digressão para conceituar e sublinhar a importância do espaço público como condição de possibilidade do sistema político democrático.

Neste sentido, Arendt (2013) aponta que o espaço público é o *locus* da atividade política por excelência, pois apenas nele é possível haver a ação política substancializar no agir e no falar, é nesse espaço público em que o homem realiza a sua natureza de *zoon politikon*, isto é, a capacidade de ajustar interesses, mediar conflitos e gerar convencimentos e persuasões por meio do discurso (retórica e oratória) sem o qual qualquer tentativa de resolução de impasses estaria fadada ao recurso da violência.

Em termos correlativos, o que outrora representou o espaço da *Ágora* para os atenienses dos séculos IV e V a.c. no modelo de democracia direta, foi transposto para a modernidade no espaço do parlamento, dos partidos políticos e na figura do político profissional no modelo de democracia representativa, que perfazem espaços públicos de estrutura verticalizada de mediação de interesses (WEBER, 2002).

Nesse sentido, e já retornando à explanação sobre o ciberespaço, Oliveira e Oliveira (2018) analisam a formação de um novo espaço público no ciberespaço e identificam que o seu surgimento se fez possível a partir de um novo tipo de receptor no processo de comunicação, trata-se do receptor interativo.

Os meios tradicionais de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio, televisão) têm como fator comum entre si o fato de os elementos da comunicação serem rigidamente demarcados. Nesse sentido, tem-se em um polo o emissor da mensagem (que faz uso de um meio de comunicação para a emitir) e no pólo oposto se tem o receptor da mensagem, que a recebe e a decodifica (MARTINS-BABERO, 2014).

Esse modelo de comunicação de funções estacionárias foi capaz de criar o monopólio dos grandes grupos e conglomerados da comunicação, detendo o poder de pautar o debate público e, em certa medida, direcionar a opinião pública, não obstante esse fato, foi igualmente responsável por criar os procedimentos de produção da notícia, de modo a filtrar o verdadeiro do falso, o boato do fato (LEFF, 2000).

Com o advento da internet, por seu turno, surge a figura do receptor interativo, que não detém uma função estacionária de apenas receber e decodificar uma mensagem, mas é igualmente emissor, sendo capaz de interagir de forma imediata e direta por meio do hipertexto multimidiático (XAVIER, 2002).

É justamente essa faculdade que torna possível a criação do ciberespaço como espaço público no sentido político desenvolvido por Arendt (2013). Castells (1999) foi enfático e Premonitório ao escrever no final do século XX que a internet iria redefinir as esferas de articulação política e atuação de movimentos sociais.

Se antes a capacidade de organização política era necessariamente dependente de instituições como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, clubes e associações, com o advento do ciberespaço tais instituições deixam de ser cogentes para a articulação e mobilização social, perdendo inclusive espaço de relevância e protagonismo (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018).

É exemplificativo desse fato o desencadeamento dos grandes movimentos de protestos que pululam ao longo das primeiras décadas do século XXI, como a revolução das panelas na Islândia, a revolução egípcia no contexto da primavera árabe, o movimento dos indignados na Espanha, o movimento occupy wallstreet, os protestos de junho e julho de 2013 no Brasil e mais recentemente a greve dos caminhoneiros em 2018.

Embora cada um desses movimentos tenha uma origem própria e distinta entre si, todos têm em comum o fato de não terem sido desencadeados a partir de organizações e/ou instituições de representação tradicionais, fato que fica nítido

quando se constata a ausência de uma liderança central e de uma pauta de reivindicações bem estabelecidas (CASTELLS, 2013).

O mesmo autor citado acima atribui esse fato à capacidade das pessoas se articularem de forma espontânea por meio das redes existentes no ciberespaço, que torna possível convocar manifestações a partir das plataformas de redes sociais como Facebook, Twitter, Whatsapp, Telegram, dentre outras. Mas não só convocar, as redes têm demonstrado a capacidade difusa de articulação de pessoas, de produção de consensos e dissensos coletivos. (CASTELLS, 2013).

Contudo, ainda que as estruturas tradicionais de mobilização tenham perdido relevância, paradoxalmente, elas ampliam as suas capacidades de ação no ciberespaço, ao disporem de vários canais presentes nesse ambiente digital que possibilitam a ampliação e difusão de seus discursos. (FREITAS, 2015). Para os propósitos do presente projeto de pesquisa, cumpre mencionar apenas um dos modos de instrumentalização do ciberespaço por meio de partidos políticos e/ou grupos políticos profissionais e/ou qualquer grupo de interesse.

Trata-se do fenômeno recente das *Fake News* em contextos eleitorais e/ou de disputas políticas, se antes a política profissional tinha a função de centralização das discussões, em um movimento centrípeto de trazer para o centro as pautas e discussões que surgiam nas margens da sociedade.

Tem-se observado nos últimos anos que a política profissional passou a adotar como tática a função de descentralização em um movimento centrífugo, isto é, separar e segmentar as pautas dos mais diversos grupos sociais e gerar tensionamentos, rivalidades e bravatas entre eles, de maneira a produzir o efeito de dividir para conquistar e cultivar um eleitorado que lhe seja fiel, ainda que minoritário, porém suficiente para replicar o seu discurso (FREITAS, 2015).

O emprego da mentira como técnica ou tática política não é uma novidade histórica, está presente desde a antiguidade quando se tem os primeiros embates entre filósofos e sofistas na Grécia Clássica, com a oponibilidade entre a verdade como realidade e a verdade como conveniência e eficácia discursiva (MORA, 2004).

A novidade do fenômeno, sob análise, está atrelada tanto ao meio técnico empregado quanto à sua capacidade de difusão e eficácia. Nesse sentido, é preciso fornecer um primeiro conceito descritivo do fenômeno das *Fake News*: trata-se da instrumentalização das múltiplas redes sociais e portais de comunicação existentes no ciberespaço para a disseminação de notícias falsas que visam prejudicar uma

pessoa, um grupo e/ou uma instituição e têm como interesse sub-reptício auferir ganhos de poder e/ou vantagens competitivas. (BARBOSA, 2019).

O fenômeno pode apresentar graus de variação entre dois extremos: 1) a *Fake News* pode ser escalonada de forma orgânica, por meio de divulgação de mensagens, áudios e vídeos a partir de uma pessoa real, que possua perfis autênticos em redes sociais; 2) a *Fake News* pode ter a sua difusão realizada por impulsionamentos de robôs (comumente referenciados como bots, na forma abreviada do inglês robots), onde são empregados de forma articulada diversos perfis falsos nas plataformas de rede sociais para a disseminação da mensagem e ampliação de seu alcance. (BARBOSA, 2019).

Em resumo, assim como a chegada da prensa móvel de Gutenberg abriu caminho para o longo período de transição para a modernidade, onde se seguiu a reformulação e criação de diversas instituições, é possível que a contemporaneidade esteja vivenciando um período de transição análogo, onde novas tecnologias criam espaços de articulação política, novas formas de exercício da cidadania e novos desafios a serem superados.

Princípios e contexto das Fake News

O estudo sobre o fenômeno das *Fake News*, quando visto pelo ponto de vista jurídico, suscita indicativos da existência de possível colisão entre princípios caros aos direitos fundamentais.

Isso porque de um lado reside como questionamento se a divulgação de *Fake News* consiste tão somente em um exercício regular de um direito lastreado pelo princípio da liberdade de expressão, enquanto pelo lado oposto, dado que as *Fake News* são geralmente empregadas como instrumentos de vilipêndio contra a honra de pessoas, que possuem anteparos no princípio da dignidade da pessoa humana, reside como questionamento se a conduta de produção e divulgação de *Fake News* consiste em um abuso de direito.

A liberdade de expressão figura como um dos mais importantes dos direitos fundamentais para a garantia do Estado Democrático de Direito, de tal maneira que sem a existência, validade e eficácia desse princípio não há como falar de espaço público e ação política, conforme já mencionado alhures por Hannah Arendt (2013).

Por essa razão, trata-se de um direito que vem sendo objeto dos mais diversos

diplomas jurídicos, tanto no âmbito nacional, com destaque para a Constituição Federal de 1988, quanto no âmbito internacional.

Cujos principais marcos são: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto de San José da Costa Rica (1969) e o Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (1992). Por oportuno, destaca-se como marco inaugural a Declaração da Virgínia de 12 de outubro de 1776, documento ao qual se credita como sendo o primeiro a positivizar a liberdade de expressão (STROPPIA, 2017).

A Constituição Federal contempla a liberdade de expressão no artigo 5º, entre as garantias individuais e coletivas. Destacam-se os seguintes incisos concernentes às liberdades:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
V- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
[...]
IX-é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
[...] (BRASIL, 1988)

Machado (2017) aponta que o exercício da liberdade de expressão pode ser estratificado em duas categorias: 1) *Lato Sensu*, onde reside a liberdade de comunicação genérica e ampla; 2) *Stricto Sensu*, em que se tem o direito a opinião, informação, imprensa, direitos jornalísticos, liberdade de radiodifusão, liberdade artística, científica, cinematográfica, bem como o direito de resposta, dentre outros.

O referido autor identifica que a liberdade de expressão constitui uma espécie de “direito mãe”, no sentido de constituir um direito que estrutura e emana os alicerces e pressupostos de outras liberdades, como a própria liberdade de crença, a liberdade de religião e a liberdade de imprensa.

Mendes (2017) argumenta que o desenvolvimento em plenitude da personalidade humana é dependente dos meios que possibilitam a tomada de conhecimento da realidade, tratando-se de uma condição de possibilidade para que se possa participar ativamente do debate público, bem como para formar convicções

e tomar decisões.

Sarlet (2018) oportunamente observa que a liberdade de expressão possui como um dos fundamentos axiológicos o princípio da dignidade da pessoa humana, sobretudo no que afeta a autonomia e o livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo, bem como pondera sobre a dimensão de direito político desse princípio.

O princípio da dignidade humana desponta como eixo principal de todo o constitucionalismo democrático contemporâneo e pilar de sustentação dos direitos fundamentais, vez pela qual atua como tradutor jurídico do valor dignidade da pessoa humana (SARLET, 2001).

Sarlet (2001) aponta que o conceito de dignidade da pessoa humana não pode ser definido de forma rígida e estacionária, dado se tratar mais propriamente de uma noção que traduz valores em constante movimento e reformulações devido ao seu elevado acento histórico e antropológico.

É importante observar que todo direito, ainda que fundamental, não frui de laivos absolutos. Tal afirmativa é própria de Alexy (2006) que apresenta a possibilidade de restrições aos direitos fundamentais a partir do contexto fático de colisão de princípios, isto é, quando ao se olhar para o fato se percebe a coexistência antitética de princípios de direitos fundamentais, concorrendo entre si e periclitando diferentes bens jurídicos.

Conforme explica Perrone (2015) no Brasil, as limitações à liberdade de expressão podem ser percebidas no art. 3º da Constituição Federal de 1988, especialmente no inciso IV, que define como objetivo da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação'.

No mesmo sentido, o art. 5º traz em seu conteúdo outras limitações, tais como o inciso LXI, que estabelece 'que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais'.

Mendes (2017) destaca o fato de a liberdade de expressão não comportar a violência. Nesse sentido, pode-se haurir o entendimento de que a conduta de produção e divulgação de *Fake News* não consiste em um regular exercício do direito de liberdade de expressão, uma vez que se situa justamente em suas antípodas, ou seja, constitui a dimensão abusiva do próprio direito. Na condição de abuso de direito, retira-se o principal lastro de garantia constitucional que detém, restando somente a ilicitude.

Quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana, esta é duplamente afetada pelo fenômeno das *Fake News*. Tem-se a produção de uma lesão direta (que ocorre quando o uso das *Fake News* ataca a honra de uma pessoa) e indireta (pela corrupção do estado de liberdade de expressão, que também é amparado pelo princípio da dignidade humana no que tange ao exercício da autonomia e desenvolvimento da personalidade).

As possibilidades de criminalização das Fake News

Conforme visto, a prática da divulgação de *Fake News* possui características próprias que a diferenciam da mera difusão de informações e do exercício da liberdade de expressão. Entretanto, o termo relativamente novo, muitas vezes, é utilizado para descrever qualquer tipo de notícias falsas, não sendo levado em consideração o objetivo, a forma e os meios pelos quais foi criada e difundida. (BARBOSA, 2019).

Insta consignar que, o conceito analítico de *Fake News* diferencia-se das notícias falsas convencionais pelo seu *animus* fraudulento, e com a obstinada vontade de enganar o leitor.

Nesse sentido, pode-se dizer que o termo *Fake News* designa uma notícia produzida por ato volitivo fundado em má-fé, que se vale do aspecto de uma notícia, seja ela de caráter jornalístico ou até mesmo informal, com o propósito de enganar o público-alvo, persuadindo-o, de modo a acreditar que se trata de uma notícia verdadeira. Neste sentido, Lara Pontes (2018, p.21) afirma que:

[...] O que caracteriza uma Fake News mais precisamente além de serem notícias propositalmente falsas, são as intenções obscuras existentes na divulgação massiva na era da internet destas histórias falsas, comumente usadas como forma de manipular as massas e suas opiniões públicas em encontro de um interesse político específico.

Atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro não tipifica precisamente a conduta de divulgação ou criação de *Fake News*, por se tratar de um tema recente e de contornos ainda questionáveis. Alguns projetos de Lei foram criados a favor de sua penalização. Foram os Projeto de Lei 6.812/2017 de Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) que pretende tipificar o ato de “divulgação ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores”.

E o Projeto de Lei nº 437/2017 de Ciro Nogueira (PP-PI) que “imputa detenção,

de seis meses a dois anos, e multa, para quem divulga notícia que sabe ser falsa e que possa distorcer, alterar ou corromper a verdade sobre informações relacionadas à saúde, à segurança pública, à economia nacional, ao processo eleitoral ou que afetem interesse público relevante.”.

Ainda neste sentido, o projeto de Lei 437/2017 de autoria de Ciro Nogueira (PP-PI) justificou que as *Fake News* vitimizam principalmente a sociedade e buscou criminalizar a divulgação de notícia falsa com o objetivo de alterar ou corromper a verdade sobre informações relacionadas à saúde, à segurança pública, à economia nacional, ao processo eleitoral ou que afetem interesse público relevante.

Ainda, na justificativa que compõe o projeto é citado que quando a vítima de *Fake News* pode ser identificada, via de regra, se configura a prática de crimes contra a honra, quais sejam, calúnia, injúria ou difamação.

Já o Projeto de Lei nº 7604/2017, também de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly, apensado ao projeto nº 6.812/2017, tem como objetivo a responsabilização dos provedores de conteúdo na internet, como as redes sociais “*Facebook*” e “*Twitter*”, quando seus sites forem usados para divulgar informações falsas, ilegais, ou prejudicialmente incompletas em relação a pessoas físicas ou jurídicas. O projeto ainda prevê uma multa no valor de 50 milhões de reais.

Em seguida, o projeto de Lei nº 9533/2018, de autoria do deputado Francisco Floriano do DEM/RJ, que visa alterar a Lei nº 7.170/1983, que trata sobre os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, para tipificar a conduta de divulgar ou criar *Fake News* que sejam capazes de provocar atos de hostilidade e violência contra o governo.

O projeto de lei dobra a pena cominada pelo caput, que é de 1 a 4 anos de reclusão, quando o crime for praticado através de redes sociais. Na justificativa apresentada, o deputado afirma que os danos são maiores quando a divulgação ocorre através de redes sociais, e que existe a necessidade da adequação da legislação atualmente vigente.

Nesta toada, o projeto de Lei 9931/2018 de autoria da deputada federal Erika Kokay do PT/DF, diferencia-se por trazer em seu texto, a definição de fatos que não constituem crime, são eles a divulgação de notícia que, apesar de tomadas as devidas diligências, não podiam ser detectadas como falsas e a simulação de notícias em publicações humorísticas, desde que devidamente identificadas como tal.

Entretanto, o Projeto de Lei 2.630/2020, que criminaliza a divulgação de

notícias falsas na internet e redes sociais, foi aprovado por 44 votos favoráveis e 32 contrários no Senado Federal, placar que mostra a divisão da casa em relação a vários pontos.

Apresentado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), o projeto foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), o que demonstra a divisão da casa legislativa sobre este, que seguiu para análise na Câmara dos Deputados e permanece até a presente data.

Conforme visto, em suma, a maioria dos projetos de Lei, incluindo o aprovado pelo Senado, visam a criminalização das *Fake News* cometidas contra o interesse público e a sociedade como um todo. Tal preocupação se fundamenta, principalmente, nos eventos ocorridos durante as eleições nacionais dos anos de 2018 e 2019.

Onde o tema se tornou bastante discutido por toda a sociedade, uma vez que a utilização de *Fake News* teve ampla influência no resultado do processo eleitoral, fato que causou extrema preocupação, mormente quando se observa que tais notícias visam distorcer o pensamento dos receptores, valendo-se de instrumentos fraudulentos de persuasão para influir na tomada de decisão dos indivíduos.

Não obstante a relevância de proteção do interesse público e da sociedade contra a prática de divulgação de *Fake News*, mais pertinente ainda seria a necessidade de proteção das vítimas individualizadas desses atos, uma vez que estas suportam o ônus produzido pela divulgação massiva de informações criminosas a seu respeito, influenciando de maneira incontrolável sobre suas vidas, e penalizar tal conduta como crime de menor potencial ofensivo, aplicando a irrisória pena direcionada a estes, implica em um total desamparo legal, mantenedor de profundas injustiças.

Na verdade, o que se tem na atualidade é uma interpretação *sui generis* acerca da prática de produção de *Fake News*, que tenta moldar a conduta aos tipos penais já existentes, com o fito de penalização, principalmente aos intitulados crimes contra a honra.

Entretanto, ao fazer tal subsunção, olvida-se as características distintivas entre tais crimes e as *Fake News*, incorrendo na aplicação de forma indiscriminada de tipos penais não condizentes com as condutas praticadas, desta forma, não sendo compatível com os princípios do direito penal onde, não há crime sem prévia Lei que o defina e de uma justa e proporcional penalização do fato criminoso.

A integração da tipificação do crime de *Fake News* ao direito penal brasileiro ainda é bastante debatida pela doutrina jurídica, mormente no que tange os limites

entre a liberdade de expressão e a possibilidade de se incorrer em uma política de censura.

Todavia, é de se observar que a prática de fabricação e divulgação de *Fake News*, muitas vezes, transborda as condutas tipificadas aos crimes contra a honra, seja pelos meios de divulgação, pelo alto poder de propagação, pelo bem jurídico lesado, pelos danos ocasionados etc. Por este motivo, pulula-se a necessidade da criação de um tipo penal que abranja tais peculiaridades próprias das *Fake News*.

Evandro Lorens (2018), diretor da Associação Nacional dos Peritos, enfatiza a importância de uma alteração legislativa para a eficácia do combate a determinados crimes, valendo-se de um paralelo com o crime de pedofilia: O avanço ocorreu com alterações na legislação.

O armazenamento de vídeos e imagens passou a ser considerado crime. “Demos a última volta no parafuso com o desenvolvimento de tecnologia, que permitiu a análise dos computadores ainda na residência do criminoso”. (LORENS, 2018, p. 32).

Ainda segundo o perito, a legislação do Brasil encontra-se demasiadamente defasada no que tange os crimes que utilizam dos meios de comunicação em massa para sua propagação, e afirma que o Marco Civil da Internet não teve grande impacto sobre o combate a este tipo de crime:

A própria legislação é antiquada, com leis das décadas de 1940 e 1960, dos códigos Penal e Eleitoral, respectivamente. A mais recente, de segurança nacional, é dos anos 1980, completamente defasada no quesito crimes virtuais. O marco civil da internet, como é chamada a Lei N° 12.965/14, sancionada por Dilma Rousseff, também não ajuda os investigadores. (LORENS, 2018, p. 35).

Correa (2019) apresenta relevante argumento acerca da criminalização da divulgação de *Fake News*, pois, não obstante as informações falsas estarem disponíveis à coletividade, muitas vezes dizem respeito à vida privada, ao ambiente familiar, possuindo contornos que afetam a honra e a imagem das vítimas, incorrendo em violação direta a bens jurídicos da personalidade, da intimidade, honra, imagem, etc, todos protegidos pela Magna Carta.

O doutrinador Rogerio Sanches (2017) ao tratar sobre os crimes contra a honra, em seu Manual de Direito Penal, afirma muito didaticamente que os crimes contra a honra se dividem em três figuras delituosas: Calúnia (art. 138), difamação (art. 139) e a injúria (art. 140).

Comparando três tipos penais, o autor conclui que na calúnia e na difamação há a imputação de um fato, que na primeira deve ser falso é definido como crime, o que não é exigido na difamação. Já a injúria, se configura a partir de uma acusação genérica, apontando um vício ou um defeito na vítima.

No que tange ao bem jurídico lesado pelos crimes contra a honra, consiste na fama, no nome e na honra, seja ela objetiva ou subjetiva. Ainda segundo Sanches (2017), a honra se subdivide em objetiva e subjetiva, sendo aquela relacionada à reputação e boa fama que o indivíduo desfruta, e está ligada à dignidade e ao decoro pessoal da vítima.

Insta salientar que tais crimes possuem uma majorante, prevista no art. 141 do código Penal (BRASIL, 1940), o qual prevê um acréscimo de um terço, senão vejamos:

Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I - contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro; II - contra funcionário público, em razão de suas funções; III- na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

IV- contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria. (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003) (Grifo nosso).

Observa-se que o legislador não deixou completamente desamparados, legalmente, os atos contra a honra que é cometida na presença de vários receptores, ou perpetrada através de meio de facilidade a divulgação.

Entretanto, é de se considerar que a época, o legislador não imaginava uma crescente no fenômeno da produção de *Fake News*, tanto é que não especificou os possíveis meios de divulgação, nem o que seriam essas “várias pessoas”, descrito no tipo penal.

Exemplo da desastrosa influência das informações falsas pode ser observado no trágico caso do linchamento do Guarujá, onde a vítima Fabiane de Jesus, uma mulher de trinta e três anos, que foi espancada e morta por populares no litoral de São Paulo, em 2014, após a página de uma rede social postar o falso boato de que ela estaria envolvida na prática de crimes como sequestro, estupros e rituais de bruxaria com crianças da região (CARPANEZ, 2018).

O caso ao norte citado demonstra a magnitude das *Fake News*, de modo que suas possíveis condutas extrapolam e muito a seara dos crimes contra a honra. No

entanto, de que forma seria possível identificar a verdadeira autoria das *Fake News*, de modo a aplicar a devida responsabilização criminal, caso a conduta fosse tipificada?

A pertinência da referida indagação envolve, primordialmente, a incontrolável velocidade de compartilhamentos na rede mundial de computadores, tornando a individualização das condutas uma tarefa extremamente árdua. Não se pode olvidar que, o processo penal busca pela verdade real dos fatos, e uma errônea análise do caso concreto e da individualização das condutas poderia incorrer em profundas injustiças.

Há, ainda, o fato de que se o simples compartilhamento de uma notícia falsa pudesse gerar responsabilidade criminal, e deste modo, qualquer dos usuários que, porventura, compartilhassem a notícia, seriam potencialmente criminosos e responsabilizados, o que se demonstra desproporcional.

As leis simbólicas despontam como um meio de resposta por parte do Estado à sociedade, imputando a criação de tipos penais, a falsa sensação de solução dos problemas. Por conseguinte, o fruto de tais elaborações legislativas meramente simbólicas não tem comprometimento real com a efetividade, mormente em garantir de fato uma solução justa e adequada ao comportamento repudiado e danoso.

Conforme dito alhures, a tipificação da *Fake News* nos moldes dos atuais projetos de lei, que em sua maioria versam somente sobre a proteção da segurança pública, da economia nacional e do processo eleitoral, olvidando-se das vítimas individuais deste tipo de conduta, apresenta contornos obscuros e de difícil aferição de sua eficácia futura, o que leva a crê que tal criminalização não passa de mero instrumento simbólico paliativo.

Nesta senda, Cláudio do Prado Amaral (2003) aduz que o uso do Direito Penal Simbólico não contribui de fato para a coerção da criminalidade, nem atinge os fins pretendidos com a nova tutela penal. Assim, mostra-se mais conveniente ao Estado a elaboração de leis, mesmo que ineficazes, ou pouco eficazes, ao invés de adequar os já existentes tipos penais a atual realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tamanha complexidade que envolve a criminalização das *Fake News*,

depreende-se que, a fim de buscar por uma justa penalização de tais práticas, o legislador necessitará realizar profunda análise das estruturas sociais que envolvem tais condutas, a fim de posteriormente tipificá-las, caso contrário, incorreria na mera criação de uma lei penal sem eficácia e efetividade, visando unicamente acalantar os clamores sociais.

Ora, o direito penal, assim como os demais instrumentos legais, é instrumento do Estado para a concretização de bem-estar e coerção social. Assim, muitas vezes, diante de uma alta demanda popular pleiteada por uma ação por parte do Estado, este acaba por valer-se da criação de tipos penais para despertar na sociedade uma errônea percepção de que o transtorno causado pela violência está sendo cuidado e reprimido.

Assim, levando em consideração a atual legislação penal, pode-se dizer que seria bem mais eficaz, propor a inclusão de uma qualificadora nos crimes contra a honra, prevendo a modalidade de *Fake News*, abarcando assim sua complexidade e gravosidade, em uma abordagem mais sistêmica e, portanto, mais eficaz.

Além disso, é temeroso que, dentro do atual cenário político e do ordenamento jurídico brasileiro, instituir a criminalização da produção e compartilhamento de conteúdo falso na internet possa vir a acarretar uma política de censura, tendo em vista a linha tênue, que separa a liberdade de expressão e a possível prática de atos atentatórios à segurança pública.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2006.

AMARAL, Cláudio do Prado. **Princípios penais: da legalidade à culpabilidade**. - São Paulo: IBCCRIM, 2003.

ARENDT, Hannah. **O homem: um animal social ou político**. In.: __. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BARBOSA, Mariana (Org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARPANEZ, Juliana. **Veja o passo a passo da notícia falsa que acabou em tragédia em Guarujá**. Folha de São Paulo, 27 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/veja-o-passo-a-passo-da-noticia-falsa-que-acabou-em-tragedia-em-guaruja.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 2009.

CINTRA, REGINA ANDRADE BARRETO. **Direito Penal e Simbolismo Conteúdo Jurídico**. Brasília-DF: 26 maio 2020. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/34062/direito-penal-e-simbolismo>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Código Penal Brasileiro. **Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 jun. 2021.

CORREA, Iasmin Queiroz. **Fake news: análise acerca da necessidade de responsabilização criminal pela conduta da divulgação de notícias falsas**. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53567/fake-news-anlise-acerca-da-necessidade-de-responsabilizacao-criminal-pela-conduta-da-divulgao-de-noticias-falsas>. Acesso em: 03 set. 2021.

CUNHA, ROGERIO SANCHES. **Manual de Direito Penal: Parte especial**. 9. ed. rev. Ampl. e atual.- Salvador: ed. Juspodium, 2017.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

LEFF, Donna R. et. al. **Jornalismo de Cruzada: mudar atitudes públicas e agendas políticas**. In: TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A Vida Material**. In: A Civilização do Ocidente Medieval. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 197.

LEMOS, André. **Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LIMA, Lincoln Dias Veras. **A tênue fronteira entre a tipificação das fake news e o cerceamento à liberdade de expressão.** Disponível em: <http://ufr.br/direito/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=447:a-tenue-fronteira-entre-a-tipificacao-das-fake-news-e-o-cerceamento-a-liberdade-de-expressao-boa-autor-lincoln-dias-veras-lima-orientador-prof-dr-isaias-montanari-junior&id=88:2018-2&Itemid=314>. Acesso em: 20 out. 2021.

LYONS, Martyn. **Livro: uma história viva.** São Paulo: SENAC, 2011.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social.** Coimbra: Coimbra, 2002.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

MICELI, Paulo. **História Moderna.** São Paulo: Contexto, 2018.

MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2017.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia.** Tomo IV. São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Maria Leoneire da Costa Oliveira; OLIVEIRA, Assis da Costa. **Comunicação, cidadania e direitos humanos: a internet como lócus para o exercício da democracia e o fortalecimento dos laços sociais.** Crítica Social, Vol. 1, n. 1, p. 79- 88, 2018. Disponível In: <https://criticasocial.org/journal/gpdireitosocial/article/5d0eb8d30e8825530fa20608> . Acesso em: 10 out. 2021.

PENA, Lara Pontes Juvencio. **Fake News: Uma breve análise acerca de sua trajetória internacional, consequências políticas e perspectivas jurídicas.** Revista Dizer. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/dizer/article/download/39923/97117/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PERRONE, Claudia. **Considerações sobre a liberdade de expressão e seus limites.** XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação- SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis. 2015. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/1006/1154.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

PROJETO DE LEI nº 6.812/2017. **Dispõe sobre a tipificação criminal da divulgação ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=388522E483F79AED3EBB1A0DEDFD20CD.proposicoesWebExterno2?codteor=1522471&file name=PL+6812/2017>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PROJETO DE LEI nº 437/2017. **Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940– Código Penal, para tipificar o crime de divulgação de notícia falsa.**

Disponível em:

<<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7313311&ts=1582132895123&disposition=inline>>

PROJETO DE LEI nº 7604/2017. Dispõe sobre a aplicação de multa pela divulgação de informações falsas pela rede social e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1556903&filenome=PL+7604/2017>. Acesso em: 15 jan. 2022.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. São Paulo, 1994.

RESENDE, André Lara. **A Plataforma Digital Nacional**. In.: . Consenso e Contrassenso: por uma economia não dogmática. São Paulo: Portifólio-Peguin, 2020, p.167.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro, Zahar: 1982.

STROPPIA, Tatiana. **O Supremo tribunal Federal e o Discurso de Ódio nas Redes Sociais: exercício de direito versus limites à liberdade de expressão**.

Disponível in: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/175933>. Acesso em: Acesso em: 12 set. 2021.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. **O Hipertexto e o Modo de Enunciação Digital**. In.: O HIPERTEXTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: a constituição do modelo de enunciação digital. Orientador: Ingedore Grunfeld Villaça Koch. 2002. 214f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: LTC, 2002.



Capítulo 6
ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE DOADORES DE
SANGUE NO MUNICÍPIO DE FLORIANO – PI

Mariana Rodrigues de Lima
Isis Gomes de Brito Souza



ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE NO MUNICÍPIO DE FLORIANO – PI

Mariana Rodrigues de Lima

*Licenciatura Plena em Ciências Biológicas - Universidade Estadual do Piauí
(UESPI). E-mail: marynamelessghoul@hotmail.com*

Isis Gomes de Brito Souza

*Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas – Universidade Federal do Piauí
(UFPI). Mestre em Genética e Melhoramento - UFPI e Doutora em Biotecnologia -
RENORBIO/UFPI. E-mail: isisgomesmd@hotmail.com*

Resumo: A doação de sangue é um ato voluntário de grande importância para a saúde pública, pois uma bolsa de sangue pode salvar até quatro (4) vidas. A doação de sangue é ainda hoje um problema mundial pois o número de doadores é menor que o número de pacientes que precisam do sangue, o estoque sanguíneo nos hemocentros estão completamente a mercê da benevolência de pessoas que por algum motivo íntimo optaram por ser doadores ativos. Assim, este artigo tem como objetivo informar alguns dados sobre as estratégias que o HEMOPI - Floriano utiliza para capturar e manter doadores de sangue, além de dados comparativos entre os primeiros cinco meses do ano de 2018 e 2019. Desta forma, os meses mais doados e menos recebido, o sexo predominante, a quantidade de bolsa de sangue coletada e a demanda do mesmo entre outras informações. Todas as informações contidas nesta pesquisa resultam de uma entrevista realizada com o Hemocentro Regional da cidade de Floriano - Piauí, Brasil.

Palavras-chave: Doação sanguínea. HEMOPI. Saúde pública.

Abstract: Blood donation is a voluntary act of great importance to public health, since a blood bag can save up to four (4) lives. Blood donation is still a global problem today because the number of donors is smaller than the number of patients who need the blood, thus making the blood stock in the blood centers are completely at the mercy of the benevolence of people who for some intimate reason have chosen to be active donors. Thus, this article aims to inform some data about the strategies HEMOPI - Floriano uses to capture and maintain blood donors, in addition to comparative data between the first five months of the year 2018 and 2019. In this way, the most donated months and the least received, the predominant gender, the amount of blood bag collected and the demand of the same among other information. All the information contained in this research results from an interview conducted with the Regional Hemocenter of the city of Floriano - Piauí, Brazil.

Keywords: Blood donation. HEMOPI. Public health.

INTRODUÇÃO

A busca por doadores de sangue é uma ação voltada à conscientização dos indivíduos quanto à importância da doação voluntária, através de programas que incentivem a fidelização dos doadores (MALHEIROS et al., 2014). A doação de sangue é algo de suma importância tanto para quem doa, quanto para quem recebe. Para quem doa, existe um sentimento de bem-estar físico e moral, e para quem recebe, a importância se dá pela nova chance de viver novamente.

Para doar sangue as pessoas podem se dirigir até o hemocentro ou posto de coleta mais próximo e faz sua doação. Existem alguns requisitos necessários para doação e para o bem-estar do doador após a coleta, como por exemplo a triagem e peso de no mínimo 50 kg. Se o possível doador possuir algum problema de saúde no seu histórico de vida, como alguma infecção sexualmente transmissível (ITS) ou se já possuiu alguma hepatite após os 11 anos, essa pessoa não passa na triagem e seu sangue não é coletado.

Se considerarmos que menos de 2% da população do Brasil doa sangue com regularidade, entenderemos o motivo pelo qual não se consegue cobrir a demanda sem preocupação. Alinhado a isso, observemos o cenário atual de violência que superlota as emergências, o aumento de casos de doenças como leucemia, hemofilia e outras relacionadas ao câncer, encontramos uma situação extremamente delicada e que nos desafia (LACERDA, 2018).

No mundo inteiro, a demanda por transfusões de sangue tem aumentado à medida que cresce o número de acidentes, violência e doenças. A busca por doadores tem se constituído uma preocupação constante das autoridades sanitárias. No Brasil, a demanda crescente por sangue e seus derivados se faz sentir de forma cada vez mais preocupante. A quantidade total de doadores de sangue no país corresponde, a cada ano, a menos de 1% da população (MALHEIROS et al., 2014).

Mesmo a coleta sanguínea sendo algo rápido e fácil, existe uma crise nos hemocentros, seja por parte da quantidade doada não ser suficiente para a demanda, seja por parte de algum meio de análise de coleta inexistente no local, como laboratórios para os exames de sangue após coletado, tendo assim que ser enviado a um laboratório específico em outra cidade ou estado, e como resultado, há uma espera de dias para que aquele sangue retorne ao hemocentro onde foi doado. A vida

útil de uma bolsa sanguínea é de aproximadamente 35 dias, porém, com a procura ser alta, não há tempo da bolsa passar da validade sem ser usada.

O HEMOPI Regional da cidade de Floriano é um dos três Hemocentros Regionais do Estado do Piauí, os outros se localizam nas cidades de Picos e Parnaíba. Fora esses três regionais, existe o Hemocentro Coordenador [HEMOPI Coordenador], que fica na capital do Estado do Piauí, Teresina. Totalizando assim quatro hemocentros de grande movimento para doação e pedidos de bolsas.

Cada hemocentro regional juntamente com o HEMOPI Coordenador, distribuem bolsas para todo o estado além de algumas localidades pertencentes à estados vizinhos por questão de proximidade de onde necessitam do sangue. Muitas dessas bolsas são para fins de urgência como acidentes, cirurgias e hemodiálise. E para atender a toda essa demanda, muitos hemocentros utilizam o marketing para captar doadores e assim não deixar o estoque esvaziar por completo.

O marketing é importante para a captação de doadores, sendo necessária a utilização de estratégias consistentes para tornar a doação de sangue, parte de hábitos e valores da população. As estatísticas mundiais mostram que as doações de sangue não acompanham o aumento de transfusões e o marketing viria para auxiliar a captação de doadores. Muitos países enfrentam dificuldade em suprir a demanda de sangue e hemocomponentes, principalmente, aqueles em que há uma política proibitiva em relação à comercialização do sangue, assim como o Brasil (RODRIGUES, 2011).

É importante frisar a importância das doações altruístas, regulamentada pela legislação brasileira de que não se pode doar sangue em busca de benefícios pessoais ou interesse financeiro, doar é algo sério e que exige do doador apenas a vontade de ajudar o próximo, procurando então conseguir mais doadores fidelizados estes que doarão periodicamente seguindo as normas de retorno para a doação (MARTINS et al., 2017).

Sendo assim, o objetivo do trabalho foi identificar as estratégias utilizadas pelo HEMOPI Regional de Floriano para a captação e fidelidade dos doadores sanguíneos.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa, foram feitas revisões bibliográficas com temáticas semelhantes, visita ao HEMOPI Regional de Floriano no mês de Maio de

2019 para uma coleta de dados referente a quantidade de visitantes (possíveis doadores) e de bolsas arrecadadas no período de Janeiro a Maio de 2018 e no mesmo período de 2019.

Uma entrevista foi elaborada a partir de um questionário com 10 perguntas subjetivas para a Diretora Elyomara Elayne C. Feitosa, que está à frente do HEMOPI de Floriano desde 2015, além de comparar alguns dados do HEMOMAR (Centro de Hematologia do Maranhão) de forma geral.

As respostas foram analisadas quanto ao conteúdo adquirido e serviram para o desenvolvimento da redação e dos resultados do trabalho final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O HEMOPI de Floriano atende a região sul do Piauí e, devido a capital São Luís ser distante, também atende uma parte do leste do Estado do Maranhão. Para cobrir toda essa área, precisa-se de estratégias de captação de doadores. Dispõe de três campanhas anuais distribuídas estrategicamente nos meses de maio, setembro e novembro, além de parcerias com escolas, igrejas, loja maçônica, universidades e campanhas de menores escalas, que geralmente são para pessoas específicas, onde os familiares procuram o HEMOPI de Floriano para auxílio de arrecadação de bolsa sanguínea.

Em média a demanda de bolsas sanguíneas para hospitais, clínicas, e para outras cidades chega a aproximadamente 300 por mês, o que chega a ser sempre alarmante, pois a entrada de bolsas por mês em média é de aproximadamente 350 bolsas em meses que não dispõem de campanhas, mas por atender não somente a população regional, o HEMOPI se preocupa com as demandas de urgência, pois com um estoque de 50 bolsas dependendo da procura, pode ser que não seja o suficiente em termos de reserva preparada, principalmente porque os tipos sanguíneos de fatores Rh negativo sempre estão em baixa. Apenas o Hospital Regional Tibério Nunes (HRTN) recebe por mês cerca de 200 ou mais bolsas sanguíneas, seja para urgência, transplante ou para casos cirúrgicos.

Embora saia demandas de todos os tipos sanguíneos, os de fator Rh negativo sempre estão em baixa no estoque, pois os sangues predominantes são de fator Rh positivo, como o A+ que é o mais abrangente tanto no estoque, quanto em pessoas doadoras ou não doadoras.

Para manter a fidelidade de muitos doadores, principalmente os recém cadastrados, além de campanhas e parcerias, a estratégia mais direta que o HEMOPI de Floriano possui é ligar ou comunicar ao doador cadastrado no livro de controle, sistema virtual de cadastramento, o convidando para uma nova doação no período correto, homens a cada dois meses e mulheres a cada três meses. Com isso, cerca de 30% a 40% dos doadores voluntários são ativos.

Dentre os gêneros, o predominante nas doações sanguíneas é o masculino, pois dentro do período de um ano, são os homens que mais frequentam o hemocentro para doações. A idade para doar não possui um padrão específico, pode variar dos 16 anos aos 53 anos. Mas possui uma ressalva, se o doador com mais de 50 anos tiver interesse de doar pela primeira vez, mesmo a saúde estando bem, as chances para a doação acontecer, são nulas, pois corre o risco dessa pessoa passar mal após o procedimento, então é mais seguro esse indivíduo não doar.

Infelizmente nem todas as pessoas que tem interesse de doar o conseguem fazer. Algumas por terem histórico familiar ou pessoal de alguns problemas de saúde como hepatite B, ou IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) ou por não se sentirem bem na hora da doação, como pressão baixa, tonturas, desmaios, ou por terem ingerido alguma bebida alcoólica nas últimas 24h antes da doação, terem feito alguma cirurgia recente ou estarem sob tratamento de alguma medicação, nesses casos o sangue não é coletado.

E para as pessoas que conseguem doar, mesmo elas tendo passado pela triagem de perguntas, uma pequena parte do sangue que é coletado vai para a realização de exames em laboratório para ter a certeza que essa bolsa sanguínea está apta para ser utilizada em outra pessoa.

O HEMOPI de Floriano não possui laboratório específico para tais exames, então, uma amostra do sangue doado é levada para um laboratório em Fortaleza – CE e após a checagem, retorna com a aprovação ou negação daquele sangue, esse processo pode durar cerca de cinco dias. Caso o sangue não seja apto, o Hemocentro o descarta e avisa ao doador o motivo pelo qual o sangue foi rejeitado e esse doador dependendo do caso passa a não mais doar.

Na tabela 1 observa-se a comparação entre o número de Pessoas Visitantes (P.V.), aquelas que tinham o interesse de doar e Pessoas Doadoras (P.D.), aquelas pessoas que concluíram com sucesso a doação e que estão cadastradas no Livro de Controle do HEMOPI de Floriano, no período de Janeiro à Maio de 2018 e de Janeiro

à Maio 2019. No primeiro período, 1.797 pessoas visitaram o HEMOPI com intenção de doar, e 1.530 dessas conseguiram fornecer bolsas sanguíneas para o mesmo. Já analisando o mesmo período no ano de 2019, notamos uma baixa tanto no número de Pessoas Visitantes (P.V) quanto no número de Pessoas doadoras (P.D).

Tabela 1 - Número de pessoas que visitaram o HEMOPI e o número de pessoas doadoras no período de Janeiro à Maio de 2018 e no mesmo período de 2019.

2018			2019		
Período	P.V.	P.D.	Período	P.V.	P.D.
01/01 - 13/05	1.797	1.530	01/01 – 13/05	1.179	1.019

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Nota-se um saldo inferior de 618 Pessoas Visitantes e de 511 Bolsas Doadas entre o mesmo período de 2018 e 2019. Um dos maiores motivos dessa queda foi a perda da parceria com uma Escola tradicional de Floriano até o dia em que essa pesquisa foi realizada. Escola essa que já vinha desde 2016 atuando e contribuindo no mês de maio como parceira do HEMOPI de Floriano, incentivando seus alunos a doarem.

Outro fator que influencia muito e que prejudica bastante logo os primeiros meses do ano, são as festividades de fim de ano e carnavalescas, onde muitos viajam para outras cidades ou ingerem bebidas alcoólicas ou algum intorpecente e assim, não podem fazer a doação dentro período ou dentro das 24h que antecedem a mesma, tendo como resultado uma baixa quantidade de arrecadação de bolsas nos meses de Janeiro à Março de 2019.

As táticas anuais usadas pelo HEMOPI Regional de Floriano, funcionam de maneira estratégica. A primeira campanha fornecida pelas parcerias escolares após o período de carnaval no mês de Maio, a segunda campanha no mês de Setembro movida por ações do próprio HEMOPI e a terceira campanha de natureza social, com parcerias de universidades, loja maçônica e igrejas. Ao decorrer do ano, existem outras formas de captação de doadores, porém em escalas menores, como arrecadações para pessoas específicas.

No Maranhão a situação do número de demandas parece ser ainda maior do que o número de bolsas arrecadadas. Centro de Hematologia do Maranhão (Hemomar) não consegue ofertar a quantidade necessária de bolsas de sangue para atender às demandas dos hospitais do estado. Segundo a assistente social da casa,

a causa deste déficit é a quantidade insuficiente de doadores, mesmo com as constantes campanhas de conscientização em universidades, escolas e centros religiosos (KURY, 2019).

Fazendo uma comparação entre o HEMOPI e o Hemomar, percebemos que suas maneiras de atuar são semelhantes, pois ambas captam doadores através de parcerias com instituições religiosas, universidades, escolas e campanhas anuais. No mês de Junho, o Hemomar possui uma campanha chamada Junho Vermelho, onde busca novos doadores, é uma boa estratégia de data, pois muitas escolas e universidades entram em recesso no mês de Julho.

“Governo do Maranhão intensificou a campanha Junho Vermelho, no Centro de Hematologia do Maranhão (Hemomar). Com o tema “Você estende o braço, nós achamos seu par”, a ação tem como objetivo aumentar em 20% o número de doadores em relação à campanha do ano anterior [...] Em 2018, a campanha coletou 1.966 bolsas de sangue em São Luís. Para manter os estoques, o Hemomar precisa coletar cerca de 300 bolsas de sangue por dia” (MARANHÃO DE TODOS NÓS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O HEMOPI possui como estratégia mais eficiente um contato mais direto com os doadores já cadastrados no Livro de Controle, fazendo ligações ou comunicando quando um determinado tipo sanguíneo está em estado crítico no estoque, pedindo assim o comparecimento do doador para realizar uma nova doação. Grande parte aproveita os períodos de campanha para visitar ou doar no HEMOPI Regional de Floriano, e alguns mantêm-se fieis às doações, indo voluntariamente nos períodos corretos.

REFERÊNCIAS

HEMOPI – Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí. Disponível em www.HEMOPI.pi.gov.br. Acesso entre os dias 12/12/2017 e 26/06/2019.

HEMOMINAS. Doação e Atendimento Ambulatorial. **Fracionamento. O que acontece com o sangue doado?** Diretoria Técnico-Científica, 2014. Site. Disponível em www.hemominas.mg.gov.br/doacao-e-atendimento-ambulatorial/hemoterapia/fracionamento. Acesso entre os dias 26/06/2019 e

28/06/2019.

KURY, C. **Número de doadores de sangue é insuficiente para a demanda no Maranhão.** O IMPARCIAL. Dia do doador de sangue. 14 de Junho de 2019. Site de notícias. Disponível em www.oimparcial.com.br/saude/2019/06/numero-de-doadores-de-sangue-e-insuficiente-para-demanda-no-maranhao. Acesso entre os dias 28/06/2019 e 29/06/2019.

LACERDA, L. **A importância da doação de sangue.** Membro da Comissão de Saúde da OAB/CE., 14 de junho de 2018. Site. Disponível em www.oabce.org.br/2018/06/artigo-a-importancia-da-doacao-de-sangue. Acesso entre os dias 10/06/2019 e 26/06/2019.

MALHEIROS, G. C. et al. **Fatores associados à motivação da doação sanguínea.** Revista Científica da FMC – Vol 9, nº 1, 2014. Virtual Book. Disponível em <<http://www.fmc.br/revista/V9N1P08-12.pdf>> Acesso entre os dias 10/04/2019 e 26/06/2019.

MARANHÃO DE TODOS NÓS. Agência de Notícias. **Campanha Junho Vermelho destaca importância da doação de sangue.** Saúde. Ações do Governo. 14 de Junho de 2019. Site de notícias. Disponível em <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/acoes-do-governo/campanha-junho-vermelho-destaca-importancia-da-doacao-de-sangue>> Acesso entre os dias 28/06/2019 e 29/06/2019.

RODRIGUES, R.S.M: **ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE: UMA REVISÃO INTERATIVA DA LITERATURA** – 2011. Virtual book. Disponível em <<http://www.index-f.com/textocontexto/2011pdf/20-384.pdf>> Acesso entre os dias 14/03/2019 e 26/06/2019.

The page features abstract, organic shapes in various shades of blue and cyan, primarily located in the top-right and bottom-left corners. These shapes include circles, elongated bars, and irregular blobs, creating a modern, graphic design. The central text is in a bold, red, sans-serif font.

AUTORES

Amanda Lopes Bezerra

Graduanda no curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente está envolvida no Programa de Iniciação Científica (PIBIC), além de ter participado do Projeto de Residência Pedagógica em Língua Portuguesa (2022) da UFCG campus sede. Tem interesse na área de Linguística, especialmente por temas que envolvem análise do discurso, o uso das tecnologias no ensino e formação docente.

Ana Emilia da Silva Pereira

Grupo de Pesquisa Afrosin UFRRJ; Mestre em Educação - UFRRJ. Pós-graduada em Saúde Pública/Nezo – RJ ; Especialista em Diversidade Étnica e Educação Brasileira - Graduada em Serviço Social - UERJ - E-mail: anaemil2000@yahoo.com.br

Andrea Cristina Fermiano Fidelis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0089-3681>. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. E-mail: acris.fidelis@gmail.com

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Drº. em Ciências Políticas (UFRGS); Docente da Universidade Federal de Tocantins (UFNT); Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFNT); Docente do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFNT) Coordenador do Grupo Violência e Estado/UFNT E-mail: cesarpolitika@uft.edu.br

Isis Gomes de Brito Souza

Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas – Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Genética e Melhoramento - UFPI e Doutora em Biotecnologia - RENORBIO/UFPI. E-mail: isisgomesmd@hotmail.com

José Cláudio Rocha

Advogado, economista e professor titular da Universidade do Estado da Bahia. É professor da graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), pesquisador e Diretor do Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades da Universidade do Estado da Bahia e Instituto de Tecnologia Social.

Mariana Rodrigues de Lima

Licenciatura Plena em Ciências Biológicas - Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

E-mail: marynamelessghoul@hotmail.com

Nilton Soares Formiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4907-9736>. Universidade Potiguar/Ecosistema
Ânima, Natal, Brasil. E-mail: nsformiga@yahoo.com

Rodrigo Magno dos Santos Vale

Professor, Especialista em Neurociência da Aprendizagem, Graduado em Pedagogia pela UNINASSAU, pesquisador do Centro de Referências em Desenvolvimento e Humanidades- CRDH/UNEB, rodrigo.magno17@gmail.com;

Vanessa Alencar de Lima

Licenciada em Letras (UNITINS). Especialista em Docência no Ensino Superior (IBRA). Mestranda em Letras: Ensino de Língua e Literatura (UFNT). E-mail: vanessalima23@outlook.pt



 Editora
MultiAtual

ISBN 978-658997695-0



9

786589

976950